

PLANO DE GOVERNO

2021-2024

COLIGAÇÃO SP MERECE MAIS
FORMADA PELOS PARTIDOS PSL - DC



Joice17

PREFEITA QUE NÃO CANSA
PRA CIDADE QUE NÃO PARA

vice IVAN SAYEG

Sumário

Apresentação.....	4
Diretriz 1	7
Diretriz 2	12
Diretriz 3	16
Diretriz 4	20
Diretriz 5	25
Diretriz 6	28
Diretriz 7	32
Diretriz 8	35
Diretriz 9	41
Diretriz 10	48
Diretriz 11	54
Diretriz 12	59
Diretriz 13	63
Diretriz 14	68
Diretriz 15	74
Diretriz 16	78
Diretriz 17	83

APRESENTAÇÃO

Contextualização: A cidade de São Paulo permaneceu durante os dois séculos seguintes à sua fundação (1554) como uma Vila pobre e isolada. Muito deste isolamento se dava em função, principalmente, da dificuldade em subir a Serra do Mar, um obstáculo natural entre o litoral e o Planalto Paulista.

Mas esta realidade começa a se alterar a partir de 1850 quando o café finalmente dominou boa parte das áreas agricultáveis do Estado, propiciando à cidade de São Paulo, enquanto capital, enormes oportunidades para o seu desenvolvimento.

Em função da posição estratégica na logística de transporte do café, quando todas as ferrovias vindas do interior do Estado com o produto para a exportação passavam pelo município antes de se deslocar ao porto de Santos, São Paulo passa a concentrar também toda a atividade financeira que a operação cafeeira necessitava.

No 1º censo demográfico realizado no País em 1872, a cidade contava com cerca de 31.000 habitantes, enquanto a cidade do Rio de Janeiro possuía cerca de 275.000. São Paulo possuía 11,4% da população da então capital do país.

Já no último censo do século XIX (1900) o município registrou um período de crescimento vertiginoso que o transformou numa cidade de 240.000 habitantes em apenas 18 anos. São Paulo se firmava como o mais dinâmico centro comercial e financeiro do estado.

Estavam assim estabelecidas as condições para o desenvolvimento industrial da cidade, por meio do capital acumulado pela produção cafeeira e pelas iniciativas das várias correntes migratórias que trouxeram consigo a experiência adquirida em atividades manufatureiras, comerciais e agrícolas de suas respectivas origens.

A partir da década de 1930, o fenômeno da urbanização se intensificou e, posteriormente, se acelerou devido às mudanças na estrutura produtiva, provocando um forte êxodo rural rumo à cidade. A elevada migração gerou uma população excedente nas periferias da cidade, de maneira que não permitiu que ocorresse uma distribuição de renda equânime e homogênea. Em fins da década de 1930, São

Paulo atinge seu primeiro milhão de habitantes. A atratividade provocada pelas oportunidades da industrialização transforma a pacata cidade do início do século XX em uma metrópole vibrante no início dos anos de 1950.

A precária formação da mão de obra disponível deste período, num primeiro momento, não foi obstáculo. O ritmo de crescimento de São Paulo e também do emprego entre os anos de 1940 e 1970 permitiu a inserção da mão de obra menos qualificada no mercado, sendo que esta, em larga medida, executava funções específicas e repetitivas e recebia apenas treinamento básico para este trabalho.

Mas no transcorrer dos anos a necessidade de reorganização da produção a partir de bases tecnológicas mais avançadas e de uma maior concorrência imposta pela globalização comercial, teve como consequência a busca por uma mão de obra mais qualificada e em sintonia com os novos tempos.

Não obstante, desde a década de 1980 verifica-se o fenômeno do reordenamento espacial do setor produtivo no estado, onde muitas das empresas aqui instaladas se deslocaram para o interior em busca de melhores condições de logística, vantagens tributárias ou de outros fatores que as tornassem mais competitivas diante de um mercado cada vez mais exigente e seletivo. A transformação do município de área industrial em áreas de comércio e serviços foi a consequência mais visível deste processo.

Conforme pesquisa de Janeiro/20 da Fundação SEADE, é na região hoje conhecida como Centro Ampliado (área Central, toda a Zona Oeste e parte da Zona Sul) onde se encontram os bairros mais consolidados da Capital bem como a parcela da população com ensino superior completo ou mais (28%) e quase o dobro das demais regiões do município (15%).

A taxa de desemprego dos residentes nas regiões periféricas é muito superior à do Centro Ampliado. Como consequência há mais trabalho formalizado entre os residentes das áreas centrais e mais informalidade nas regiões Sul e Leste 2.

Como vemos, até os dias atuais este processo acabou por determinar a “geografia da exclusão”, onde quem nasce e/ou habita as franjas da cidade tem menos oportunidade de emprego, menos anos de escolaridade e dispõe de péssimos serviços de transporte para sua mobilidade.

A São Paulo que queremos é justamente aquela onde estas desigualdades históricas sejam enfrentadas de maneira inteligente, com planejamento, bons projetos e sobretudo com a coragem de quem se indigna com este estado de coisas.

Este plano não pretende ser uma enunciação de necessidades que todo candidato a assumir o cargo de prefeito tem a obrigação de saber e de executar se for eleito. Temas cuja obviedade é visível, como garantir a boa zeladoria da cidade, mantendo a limpeza e condições adequadas de uso de ruas, logradouros e próprios da cidade, não são explicitamente mencionados nem quantificados nestas Diretrizes. Da mesma forma não definiremos neste estágio da disputa eleitoral metas operacionais que o prefeito eleito deverá explicitar a seus eleitores, e ser cobrado por eles, como quilômetros de asfaltamento ou ruas a serem iluminadas.

O que pretendo, sim, é demonstrar a minha visão do que uma cidade como São Paulo pode ser e realizar as melhorias que tornem esta cidade em um exemplo para o Brasil.

Este é o meu projeto como Prefeita, que me disponho a construir junto com todos os cidadãos paulistanos, uma cidade que se insere e interage com a sociedade e particularmente com as famílias que aqui habitam para se tornar um elemento determinante na capacidade dos seus moradores de realizar seus próprios anseios dentro de uma sociedade aberta e tecnologicamente avançada.

A justaposição dessas 17 Diretrizes forma um conjunto de atributos harmônicos capazes de tornar a cidade de São Paulo ainda mais querida e amada por seus moradores. Peço a todos os eleitores de São Paulo que façam esse exercício de olhar com uma visão crítica o conjunto de propostas que estou encaminhando para sua análise e façam seu julgamento.

E a cidade dos meus sonhos que, juntos, iremos construir.

Joice Hasselmann

DIRETRIZ 1

EDUCAÇÃO SISTÊMICA: A ORIGEM DA PROSPERIDADE

O começo da formação do caráter e da personalidade de um indivíduo está na educação que recebe. Esta é a base de seus valores e crenças e comprovadamente é a mais poderosa ferramenta para atingir seus objetivos espirituais e materiais.

Educação é um processo contínuo que não se limita à educação formal, obtida nas escolas. É algo que os indivíduos captam e processam ao longo de toda a vida, mas que depende, para seu sucesso, das fases iniciais desta trajetória que começa na infância quando o retorno dos investimentos feitos rende a sua maior taxa. É o momento da formação intelectual da criança que o direcionará por toda sua vida. Por isso a pré-escola é tão importante, mas infelizmente tão negligenciada.

Atualmente, educar é mais do que simples aquisição do conhecimento, pois a era da “instrução”, da mera transmissão de informações e de conhecimento, não atende mais as exigências requeridas pela complexa sociedade digital que caracteriza o início do século 21.

O mundo do futuro chegou, é hoje, e exige que o processo de educar corresponda a formar um cidadão capaz de enfrentar os obstáculos e as vicissitudes de sua vida adulta, equipado com seus próprios talentos e competências, como criatividade, liderança, resiliência, e curiosidade intelectual, aliados a sólidos conhecimentos seletivamente acumulados.

Os jovens precisam estar preparados para lidar com uma realidade dinâmica, ágil, globalizada e em permanente evolução. O mundo digital exigirá competência no uso de instrumentos tecnológicos de todos os tipos imagináveis, o que torna a educação científica e tecnológica um complemento essencial para a educação geral. A boa educação é a pedra angular como forma de preparar o indivíduo a vencer e a ser feliz. Os constantes avanços na área de informática e a globalização da

economia provocaram uma demanda crescente de profissionais criativos, com capacidade de adaptação às mudanças no processo produtivo e capaz de encontrar soluções para problemas com eficiência e consciência social.

Para preparar estes homens e mulheres para o amanhã eu, como Prefeita e cidadã, vou rever a política educacional Da cidade de São Paulo com ousadia e criatividade, transformando as escolas municipais em focos de excelência, de modernidade, de tecnologia e de capacidade efetiva para preparar este indivíduo para sua vida de adulto.

Para poder oferecer aos habitantes de São Paulo uma educação completa, preparando-o para enfrentar os desafios do mundo moderno, e vencer, o processo educacional deve passar pelo urgente aprimoramento e universalização da educação infantil, ponto inicial e de fundamental importância na fixação do potencial de cada indivíduo ao longo do restante de sua vida. Esta revolução tem início com a disponibilização universal de creches e de educação infantil de qualidade.

Apesar de existirem cerca de 3.000 creches próprias e conveniadas em nossa cidade, a fila de espera atinge mais de vinte mil crianças, obrigando a prefeitura a adotar um modelo híbrido de atendimento entre creches próprias, conveniadas e particulares. Vamos avaliar o melhor modelo, se creches próprias ou privadas contratadas mediante vouchers de livre escolha das mães, e implantar o modelo para eliminar de vez esta crônica carência de vagas em nossa cidade

Como segundo estágio, meu ideal é ofertar para todos os jovens habitantes de São Paulo a educação fundamental de qualidade, com métodos pedagógicos modernos, até sua chegada à primeira grande escolha, que será a opção entre o curso superior profissionalizante ou acadêmico. Ao longo desta etapa, o jovem deve ser exposto da maneira mais completa possível aos temas e áreas de estudo de sua preferência, com ênfase especial no campo das ciências exatas, onde o Brasil é tão carente e onde se perde enormes contingentes de jovens talentos.

Em meu roteiro para a prosperidade e felicidade pessoal dos seus habitantes, desejo implantar em São Paulo um ambiente educacional amplo, em todos os níveis, desde a educação de crianças e adolescentes, até a criação de um ambiente intelectual e econômico que propicie ao habitante da cidade aproveitar as vantagens

competitivas de São Paulo, que possui notadamente importantes vocações, como ser o mais importante centro tecnológico e científico do país, o mais ativo criadouro de empreendedorismo e de *start-ups*, além de ser um núcleo dinâmico da economia criativa englobando artes, cultura, design, etc.

Vou trabalhar para garantir que todos os indivíduos de nossa cidade tenham um nível educacional compatível com uma sociedade moderna, instruída e consciente de seus direitos e também de suas responsabilidades.

Neste roteiro de trabalho é fundamental continuar e ampliar o que é bom, como a educação em tempo integral. O ideal será transformar o conjunto de quase cinco mil escolas municipais em centros educacionais com as mesmas qualidades e política educacional dos CEUs, guardadas suas diferenças circunstanciais, para atender condignamente os mais de um milhão de alunos matriculados.

Se a promoção de um sistema educacional para o futuro é o sonho que vou realizar, para tal deve-se, em primeiro lugar, valorizar e prestigiar o agente fundamental deste processo: os cerca de sessenta mil professores de nossa rede educacional.

Muito se tem falado sobre o resgate à escola, mas a verdade é que pouco tem sido feito. Analisemos a escola pública municipal. A capital de São Paulo, o mais rico município do país, apresenta, com honrosas exceções, uma rede insuficiente de escolas para atender adequadamente a população local e onde se encontra com frequência prédios sucateados e ausência de qualidade pedagógica. Ou seja, a qualidade de ensino, tão necessária para que os alunos de famílias mais carentes não prossigam marginalizados na apropriação do saber e da cultura, está relegada a segundo plano e porque não dizer, esquecida, apesar de seus quase quatorze bilhões de reais previstos no orçamento. Não basta abrir escolas. É preciso que, com urgência, se invista, também, na qualidade de ensino.

Nas regiões mais pobres da cidade persistem escolas de má qualidade, com professores mal equipados, mal remunerados e não raras vezes impelidos, pelas carências de nosso modelo educacional, a dobrar as jornadas de trabalho em várias escolas.

Assim, entendo que a valorização profissional e social do professor e o aprimoramento de sua capacitação a espinha dorsal de meu plano de governo tem o foco na em educação.

O mundo atual entrelaça conhecimentos e exige multidisciplinaridade (que consiste em mesclar áreas do conhecimento científico, como a matemática, as ciências biológicas e exatas, por exemplo, com temas éticos, filosóficos, morais e história). A sociedade pede um cidadão com cultura multidisciplinar e o fim da educação segmentada e passiva.

Um grande número de alunos entra na escola e não consegue sequer completar os cinco primeiros anos do ensino fundamental. Se falarmos nos três primeiros anos do Ensino Médio esse número se multiplica exponencialmente. Não basta apenas ter acesso ao ensino, há que se promover a permanência do aluno ao longo de todos os anos de escolaridade.

Impactos esperados:

- Formar indivíduos equipados para vencer a batalha pelo desenvolvimento pessoal e profissional neste exigente e competitivo mundo do século 21;
- Valorização e capacitação dos profissionais da educação em todos os níveis;
- Integração com a comunidade tecnológica e científica, base do progresso econômico moderno;
- Estimular a capacidade inovadora e empreendedora de nossos jovens interagindo intensamente com a comunidade científica, tecnológica e cultural em nossa cidade desde os momentos de sua formação inicial;
- Melhorar a qualidade do ensino com a adoção de visões inovadoras do processo pedagógico compatível com o mundo digital;
- Criar junto com a iniciativa privada espaços alternativos para a aceleração escolar centrado no estímulo à criatividade com uso intensivo de tecnologia;
- Estimular a difusão do conhecimento das ciências exatas entre os estudantes;
- Atender à carência de creches e centros de educação infantil utilizando convênios, vouchers, contratação ou incentivos à filantropia e investimentos

sociais para zerar a demanda não atendida em quatro anos.

DIRETRIZ 2

EMPREGO, RENDA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O município de São Paulo possui cerca de 55% a 60 % de sua população acima de 15 anos aptas ao trabalho (PEA). Isso representa aproximadamente seis e meio milhões de residentes inseridos no mercado de trabalho na condição de ocupados ou desempregados.

O desemprego atinge de forma desigual a população da cidade de São Paulo. Enquanto na Zona Sul da cidade havia um índice pré-pandemia de 15,5% de pessoas sem emprego, no Centro Ampliado este percentual era de cerca de 10%. Já a Zona Norte possuía um percentual de cerca de 14% de desempregados, e a Zona Leste participava aproximadamente com 12% da população economicamente ativa sem ocupação.

A “cara” do desemprego na cidade de São Paulo são os jovens de 15 a 25 anos com baixa escolaridade (menos de 9 anos de escolaridade média) e moradores das regiões periféricas. Destaques para os extremos da Zona Sul, Leste e Norte.

Vale destacar que ao longo das últimas décadas as mulheres vieram, progressivamente, aumentando sua presença no mercado de trabalho em todo País. Na cidade de São Paulo, esse fato pode ser detectado pelo crescimento da taxa de participação feminina, que desde 1990, conforme as Pesquisas da Fundação SEADE e DIEESE, vem apresentando constante crescimento. Hoje esta participação gira em torno de 55% da população economicamente ativa.

Embora tenham aumentado continuamente a sua participação no mercado de trabalho, as mulheres não têm conseguido a igualdade no acesso e nas condições da ocupação com a mesma velocidade.

Tendo em vista este cenário a minha administração fará do empreendedorismo social a sua linha mestra para geração de emprego e renda. E o

principal instrumento a ser utilizado é a capacitação da mão de obra. Serão consideradas as macro vocações que o mercado de trabalho do município vem demandando e os programas terão a duração média de 100 horas.

Nossa proposta é atacar prioritariamente, porém não exclusivamente, a faixa etária da população das periferias da cidade entre 16 e 25 anos.

O segundo elemento estruturante de atuação no mercado de trabalho e no empreendedorismo social é a disponibilidade de crédito para investimentos sementes. O micro crédito produtivo é aquele destinado a financiar pequenas atividades artesanais, comerciais ou de prestação de serviços. Essas atividades, independentemente do seu nível de formalização, possuem baixa capacidade de acesso ao sistema financeiro tradicional.

No Brasil, o micro crédito assumiu maior relevância na agenda governamental nas últimas décadas. Tal situação decorreu da mudança estrutural pela qual passou a economia brasileira e o mercado de trabalho desde a década de 1990, de maneira a criar um contingente de novos empreendedores interessados em iniciar ou incrementar uma atividade produtiva.

Impactos esperados:

- Cursos de formação profissional para a população menos qualificada, tais como:
- Gastronomia básica: com destaque para formação de uma Escola de Gastronomia Nordestina no Mercado Público de São Miguel Paulista. Esta escola receberia os melhores alunos advindos dos cursos de Gastronomia básica da região e teriam o suporte dos chefes de cozinha dos estados do Nordeste convidados pela administração municipal;
- Mecânica de Automóveis: em parceria com o Sistema S e com apoio das indústrias automotivas, orientada para a formação de jovens para este extenso mercado instalado no município, dotando-o de mais qualidade e eficiência;

- Reparos Prediais: um mercado que não para de crescer é justamente o de manutenção e de pequenos reparos nos cerca de 53 mil prédios da cidade, dos quais 24,7 mil foram construídos antes de 1974, necessitando de constantes manutenções. A prefeitura, além de capacitar a mão-de-obra, construiria também um cadastro com todos os dados dos profissionais que passaram pela qualificação para que os moradores que necessitem dos serviços possam ter acesso e o histórico de cada um;
- Incubadoras de Cooperativas Tecnológicas: criatividade se aprende. Muitas barreiras emocionais e sociais impedem o desenvolvimento da criatividade, que deverão ser superadas pelos que aspiram à criação de uma ideia ou de um novo produto. O poder público tem como estimular, articular, realizar parcerias com uma rede de incubadoras construídas pela iniciativa privada (IBM, Porto Seguro, Itaú etc) já em funcionamento no município, com vistas a dar oportunidades aos nossos jovens das periferias. O mercado das chamadas Startups está cada vez mais recebendo investimentos robustos de investidores interessados na florescente “Economia Criativa”, e muitos outros a serem definidos.
- Micro Crédito - Criação do Banco da Mulher: micro crédito destinado exclusivamente para as mulheres de nossas periferias. Nesta pandemia ficou evidenciado o papel central da mulher na constituição e/ou na complementação da renda familiar. Iniciativas como venda de marmitas, costura, limpeza, salões de beleza deverão ser objeto de nossa atuação. O modelo que utilizaremos será o do micro crédito produtivo orientado. Este modelo, criado pelo economista bengali e prêmio Nobel da Paz em 2006 Muhammad Yunus, prevê a presença do Agente de Crédito como elemento de ligação entre a instituição de crédito e os tomadores.

Além disso, o modelo prevê:

- Crédito para pequena produção;
- Pequenos valores iniciais;

- Valores crescentes na medida em que o tomador demonstrar capacidade de pagamento;
- Assessoria técnica
- Fintechs: Há um mercado demandante extraordinário no município que precisa ser explorado com recursos próprios da administração pública, como também, cabe à administração municipal, organizar/estimular a presença das Fintechs neste processo. Essas empresas conseguem emprestar dinheiro a um custo muito inferior aos bancos tradicionais, pois possuem estruturas muito menores e usam intensamente a tecnologia como forma de baratear seus custos.
- São Paulo será uma Startup City, em parceria com organizações como a Associação Brasileira de Startups, Google for Startups, Inovabra, Cubo Itau, Facebook Hack, The Bakery, Endeavor e Techstars estimulando a co-criação, e o senso de urgência e de resultados;
- Favela Tec: Criação do programa através do estímulo aos coletivos de tecnologias, sobretudo nas comunidades carentes para incorporar esta massa de jovens nas engrenagens econômicas do novo mercado.
- Edutech: colocar na grade ou no optativo do ensino municipal matérias como programação e robótica.
- Implantação do Conselho de Inovação da Cidade de São Paulo.
- CEPACs: o município de São Paulo deixa de ser um pagador de impostos para ser sócio da cidade.

DIRETRIZ 3

CEPACS: DE PAGADOR DE IMPOSTOS A SÓCIOS DA CIDADE

A cidade de São Paulo é um local de enormes oportunidades para quem arrisca e investe e onde a produção e consumo se interlaçam, produzindo mais de 10% de todo o valor gerado em nosso país a cada ano.

O mérito se deve certamente ao espírito dinâmico e empreendedor da população paulistana e de todos os brasileiros que são atraídos pela pujança deste centro metropolitano.

Mas uma parte essencial para esse sucesso e para o enriquecimento dos empresários e investidores se deve às vantagens locais, de infraestrutura, de conhecimento e das vantagens de aglomeração encontrados na cidade. E todo esse ambiente propício ao sucesso empresarial de São Paulo é em grande parte financiado pelo cidadão pagador de impostos.

Os tributos pagos pelos cidadãos de São Paulo retornam ao pagador de impostos como serviços públicos colocados à sua disposição, em geral de qualidade sofrível, enquanto os benefícios pecuniários dos investimentos públicos, sem os quais a atividade empresarial seria inviabilizada, afluem aos proprietários das empresas aqui instaladas.

Os CEPACs foram criados para mudar esta lógica e fazer com que o cidadão que mora e paga impostos aqui em São Paulo também possa se beneficiar das vantagens locais que ele cria através dos impostos que paga.

Os CEPACs, pioneiramente criados no município de São Paulo em 1995, foram idealizados para ser um instrumento de financiamento da infraestrutura pública com capital privado de investidores e de cidadãos que acreditam na pujança de sua cidade. E ao permitir que um cidadão que acredita em sua cidade possa investir seus recursos em CEPACs ele se torna parceiro e sócio da cidade e não apenas um pagador de impostos, passando a ter um papel de maior protagonismo nos lucros e benefícios que são gerados na cidade com os impostos que ele recolhe.

Como prefeita vou recuperar o conceito original desta grande inovação paulistana, e trazer este poderoso instrumento de financiamento público ao seu conceito original de transformar os ativos da cidade em patrimônio pecuniário de toda a sua população que acredita em sua capacidade de gerar riqueza.

O governo executa obras e investimentos com recursos dos impostos pagos por toda a coletividade. Contudo, muitos dos benefícios gerados por esses investimentos acabam sendo absorvidos de formas diferenciadas por vários segmentos privados. Ou seja, os cidadãos pagam, e os lucros gerados não retornam para a maior parte deles. Vamos mudar isso e transformar o pagador de impostos em sócios da cidade!

Os investimentos municipais são tradicionalmente financiados com arrecadação de impostos e com empréstimos, internos ou externos. Contudo, essas fontes estão esgotadas. A carga de impostos já é excessiva, e o endividamento público encontra obstáculos difíceis de serem superados nesta crise econômica gerada pela pandemia.

Os CEPACs são títulos vendidos pela Prefeitura a qualquer investidor que acredite na pujança da cidade e no retorno de investimentos em infraestrutura feitos em um dado bairro da cidade. Eles vão gerar riqueza, atrair empresários, comércio e estimular a produção, o comércio e o emprego na região. Os CEPACs representam direitos adicionais de construção garantidos pela prefeitura numa determinada área de influência dessa infraestrutura.

Quando os investimentos forem realizados com os recursos captados com a venda dos CEPACs, os investidores nesses títulos poderão vendê-los através da Bolsa aos empreendedores imobiliários que desejam investir na região, e assim o cidadão que acreditou na cidade poderá usufruir desta valorização, pois se tornou sócio da prefeitura nesse projeto de investimento. Ao mesmo tempo, parte dos recursos dos impostos arrecadados dos cidadãos em geral poderão ser canalizados para outras finalidades essenciais para a cidade, tais como saúde, educação ou habitação popular.

Este título, que deverá ser livremente negociado no mercado com o acompanhamento da CVM, tornará o cidadão que vem sendo um passivo pagador

de impostos e mero observador do progresso da cidade em um parceiro, um sócio e um investidor em sua cidade, auferindo parte dos ganhos que são gerados por todos, e que, até agora, tem sido absorvido por poucos.

Infelizmente este poderoso instrumento de democratização dos ganhos de aglomeração que a cidade de São Paulo é capaz de gerar não vem sendo corretamente utilizado. Ele precisa se tornar um investimento acessível a todos, livremente negociado no mercado com regras que garantam segurança e propiciem liquidez aos investidores. Se bem implementado, pretendo utilizá-lo em vários projetos, tais como a recuperação do centro, urbanização e melhorias de cortiços, em comunidades carentes, e outras formas de tornar São Paulo uma cidade ainda mais dinâmica e progressista.

Investir sem tributar! Este será um dos meus projetos estruturantes para São Paulo.

O CEPAC será um instrumento voluntário de arrecadação, sem qualquer conotação impositiva. Os recursos para financiar os investimentos públicos são arrecadados antecipadamente a custo zero para o município. Para desapropriações em melhorias de comunidades carentes, por exemplo, ele pode ser concedido aos desapropriados além do valor justo de mercado que a lei lhes garante, tornando o desapropriado um parceiro da cidade na valorização imobiliária que nos investimentos públicos deverão gerar na área de intervenção. Os CEPACs poderão ainda ser utilizados como pagamento de obras aos empreiteiros.

Desapropriados, empreiteiros, incorporadores e investidores em geral estarão de posse de um título com liquidez, lastreado em valores imobiliários sabidamente sólidos e de grande potencial de valorização. E ao mesmo tempo estarão financiando obras de enorme interesse social sem que o passivo da prefeitura sofra qualquer acréscimo, pois os CEPACs não representam endividamento. Seu resgate ocorrerá em troca de permissão para construir.

Infelizmente os CEPACs, criação paulistana, não estão sendo utilizados da forma correta e estão longe de atingir os benefícios que poderiam estar produzindo em nossa cidade.

O Brasil padece por falta de criatividade. A captação de recursos para o setor público está limitada a medíocres tentativas de aumentos de impostos ou de emissão de dívida, ambos esgotados.

São Paulo merece um novo paradigma de financiamento público. Os CEPACs, corretamente aplicados, abrem novas oportunidades para o progresso de São Paulo e para fazer com que seus habitantes e moradores sejam sócios nesse progresso.

DIRETRIZ 4

CIDADE APRAZÍVEL E SUSTENTÁVEL: MENS SANA IN CORPORE SANO

Uma cidade saudável é aquela que permite a todos os seus cidadãos, desde a mais tenra infância até a melhor idade, realizar seus sonhos, viver plenamente e sobretudo dar e receber dos outros membros da coletividade suas contribuições para o bem-estar geral. Nesse sentido, além de ser o espaço de geração de emprego e renda para seus habitantes, uma cidade saudável deve oferecer cultura, entretenimento, esportes, lazer e outras atrações para seus habitantes.

Uma cidade saudável deve oferecer qualidade ao corpo e à mente de seus moradores. Isto significa não apenas atingimento de prosperidade material e adequadas condições econômicas de vida, mas também atingir bem-estar intelectual e conforto mental através da possibilidade de usufruir de bens intangíveis de enorme importância para a qualidade de vida das pessoas.

São Paulo possui todas as condições para ser a capital brasileira da cultura e do entretenimento, da gastronomia, da economia criativa, do artesanato, dos jogos eletrônicos, da publicidade, do design, do teatro, do vídeo, do cinema, do turismo e das manifestações e tradições étnicas de todos os grupos que compõem esta imensa e cosmopolita metrópole.

Quando se fala em administrar uma grande metrópole como São Paulo, onde os problemas são diversos e as soluções urgentes, corre-se o risco de não se atribuir à área da cultura e da economia criativa a sua devida importância.

Na escala de prioridades e aspirações da população paulistana os bens culturais são quase tão importantes quanto a moradia, alimentação, transporte, trabalho, escola, etc. Em realidade todos esses bens e serviços são complementares entre si, razão pela qual compete ao poder público atentar para essas preferências na busca de qualidade de vida como um todo. Sem cultura, lazer

e entretenimento, o sucesso material fica desfalcado de suas vantagens e deixa uma sensação de vazio no espírito dos habitantes de uma cidade.

A questão cultural é ampla e deve sempre ser tratada com o máximo de atenção, evitando dirigismo ou intervencionismo estatais. Ao Estado cabe, sim, incentivar os processos de formação cultural, e criar um ambiente institucional capaz de estimular e apoiar instituições públicas e privadas da cultura, e defendê-las como reflexo da criatividade, diversidade e liberdade de seus habitantes e visitantes.

Há em nossa cidade uma enorme carência de equipamentos (bibliotecas, museus, centros culturais, casas de cultura, auditórios, teatros etc.) levando em consideração o tamanho da nossa população, principalmente no que tange aqueles que tem rendas mais baixas. Ademais, são concentrados na região central da cidade, dificultando o pleno aproveitamento de sua potencialidade na prestação de serviços e participação da comunidade como geradora de produtos e eventos artístico-culturais.

Ao desenvolver e estimular estas atividades, São Paulo não apenas torna a vida de seus cidadãos mais rica e mais diversificada, mas ainda ajuda a atrair mais turismo de negócios e de lazer, sem falar nas visitas motivadas pelo setor de saúde e de educação que já representam parcela importante no número de visitantes em nossa cidade.

Dentro deste capítulo de tornar São Paulo uma cidade receptiva e acolhedora há exemplos gritantes de descaso e negligência com seu potencial econômico e cultural. É o caso do antigo projeto de criação do CIRCUITO DE COMPRAS.

A cidade recebe milhões de pessoas de todo o Brasil que recorrem ao comércio atacadista nos bairros do Brás, Bom Retiro e imediações. A prefeitura deve desenvolver um projeto específico para esta importante fonte de turismo e de negócios em São Paulo.

Não se trata apenas de criar um local adequado para servir de mercado. O nosso objetivo é criar um roteiro de compras tendo como centro o Pátio do Pari, mas rodeado por equipamentos de transporte, lazer e acomodação voltados para o turismo de compras, estimulando esses turistas a virem e ficarem por períodos mais

longos na cidade, ao invés de chegarem de madrugada (a feirinha da Madrugada) e deixarem a cidade à tarde.

O turismo é a indústria que mais emprega no mundo e uma das que mais crescem. Por isso será instrumento estratégico para geração de oportunidades, emprego, trabalho e renda na minha administração. Tornar eficaz a formação escolar e o eixo humano do negócio. Hospitalidade é resultado de ativos humanos preparados. A Economia Criativa é uma espécie de genética do Turismo. Diagnosticar os polos criativos e fecundá-los com organização e apoio institucional.

Outro foco de preocupação nesta diretriz de governo é a sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente de nossa cidade. Não apenas como importante fonte de abastecimento de água, um dos mais escassos elementos nas próximas décadas em todo o mundo, mas também pela preservação das condições de habitabilidade do planeta. As áreas de preservação ambiental precisam ser constantemente monitoradas e protegidas contra a urbanização predatória que vem acontecendo com grande intensidade nas últimas décadas.

O esporte é outra parte fundamental na formação do cidadão, porque é o mais poderoso formador do espírito de disciplina, de companheirismo e trabalho em grupo até hoje descoberto. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, onde a atividade esportiva é desenvolvida nas universidades e escolas, no Brasil a atividade se desenvolve principalmente nos clubes. Daí a importância de estimular e incentivar os clubes sociais e esportivos a desenvolverem ações sociais não apenas em benefício de seus associados, mas também em benefício da comunidade local. Por exemplo, pretendo desenvolver convênios com clubes para serem usados como locais de capacitação, treinamento e ensino nas atividades típicas dos clubes sociais tais como gastronomia, prática esportiva em geral, cuidadores de crianças e idosos, manutenção e muitas outras.

Faremos juntamente com eles os CLUBES-ESCOLA da mesma forma que existem hotéis-escola espalhados pelo Brasil com grande sucesso. A prática esportiva sistematizada confere aos jovens, desde cedo, a coragem – por acreditar nas suas boas condições físicas para os esforços que os embates (a vida, por assim dizer) exigem; a força de caráter – por aprender que as regras e as leis foram

estabelecidas para serem obedecidas incondicionalmente, o que constitui a base de uma sociedade civilizada.

Impactos esperados

- Criar condições para ampliar a oferta de distribuição de bens culturais, como salas de cinemas, teatros, livrarias, museus e bibliotecas;
- Aprovar legislação estimuladora de parcerias com o setor privado para o esporte, e cultura e lazer;
- Criar programa e participação popular na mobilização de esforços comunitários de esporte, cultura e lazer aproveitando o projeto do Conselho da Melhor Idade, descrito em outro capítulo destas Diretrizes que lhes permitam transmitir sua experiência nessas atividades;
- Promover eventos científicos e tecnológicos voltados para o esporte recreativo e lazer;
- Estimular a prática dos esportes colegiais e universitários oferecendo aos jovens uma oportunidade de entretenimento saudável, longe dos atrativos ilusórios do mundo da criminalidade;
- Tornar a segurança uma meta estratégica para o fomento da cidade saudável; turismo e lazer são incompatíveis com a crime e a contravenção;
- Valorizar, e recuperar e revitalizar o Centro da Cidade de São Paulo como o núcleo duro da indústria da arte e do entretenimento, juntamente com seu aproveitamento como área residencial e de negócios como já foi no passado;
- Implantar CLUBES ESCOLAS para capacitar treinar e educar a comunidade local carente;
- Investir na construção de equipamentos de esporte, lazer e cultura na periferia;
- Desenvolver um programa de parceria com a iniciativa privada e produtores culturais e esportivos;

- Estimular a elite paulistana, consumidora de bens culturais, a participarem como mentoraes na difusão desse interesse também nas camadas mais carentes, abrindo-lhes novas oportunidades de apreciação cultural;
- Estimular a criação de regiões com características étnicas e culturais preservadas dadas a composição e origem de sua população local;
- Apoiar e estimular a atividade da hospitalidade seja para negócios como para lazer e entretenimento;
- Cuidar do ar da cidade e melhorá-lo com métricas metodológicas adequadas para o acompanhamento cidadão;
- Implantar monitoramento veicular eficaz;
- Gerir e expandir eficazmente os parques municipais, oferecendo valor para o cidadão e qualidade de vida para a família paulistana;
- Desenvolver programa ambiental para córregos, cursos d'água etc. Fazer parcerias com governo estadual e criar espaços ambientalmente saudios e de lazer;
- Desenvolver a educação ambiental em todos os níveis;
- Reflorestamento urbano, saúde e paisagismo urbano. Calçadas ecológicas, a via de escolha do cidadão, com mobilidade cidadã.

DIRETRIZ 5

DE OCUPANTES A PROPRIETÁRIOS: MEU LAR É MEU REINO

O conceito moderno de moradia alcança vários outros equipamentos urbanos indispensáveis, tais como estrutura básica de saneamento, abastecimento de água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, rede de telefonia, sistema viário, pavimentação, segurança, preservação do meio ambiente, além de instalações necessárias à mobilidade, ao atendimento médico-hospitalar, educacional, cultural, esportivo, recreativo e de lazer.

Em São Paulo o problema habitacional possui várias dimensões. Os cortiços, por exemplo, abrigam quase um milhão de pessoas. A maior parte deles concentrados nas regiões da Bela Vista, Brás, Santa Cecília, além da Liberdade e suas redondezas. Vale ressaltar que as condições habitacionais desses moradores podem ser piores que as das favelas e comunidades. Nos loteamentos irregulares e/ou carentes de infraestrutura básica, localizados em grande parte nas Zonas Leste e Sul, vivem cerca de quatro milhões de pessoas.

Como se pode ver quase metade da população de São Paulo necessita de atendimento em termos habitacionais. Estima-se entre um e dois milhões o número de intervenções habitacionais. Esse número compreende tanto novas unidades a serem construídas como obras de urbanização que proporcionem melhores condições de habitabilidade a esses moradores.

Problema correlato à moradia é o desequilíbrio moradia-trabalho. Grandes projetos habitacionais foram implementados no passado sem que houvesse um devido planejamento em termos de aproximar o cidadão de seu local de trabalho.

Os grandes conjuntos habitacionais da COHAB registram ainda outro problema adicional. Muitos de seus moradores encontram-se inadimplentes. O valor elevado de suas prestações, face à queda na renda e ao desemprego, levaram um

grande número dos mutuários da COHAB a pararem de pagar suas prestações. Parte importante desta situação se deve ao fato de os atuais moradores não serem proprietários das áreas onde habitam.

São Paulo, como muitas outras cidades em nosso país, tem alta taxa de ocupação irregular. As áreas são ocupadas, invadidas, ou localizadas em loteamentos irregulares. Em grande parte, a população não tem segurança quanto à propriedade das áreas onde habitam, e conseqüentemente não investem na melhoria das condições de habitabilidade de suas moradias, pois podem ser desalojadas pelos proprietários legais.

Por outro lado, sendo ocupações irregulares o poder público também não investe em obras de infraestrutura, inclusive por serem núcleos habitacionais instalados em desacordo com o Plano Diretor de São Paulo, quando não em regiões de preservação de mananciais, comprometendo o abastecimento de água de toda a cidade.

Vê-se, portanto, que o morador não tem estímulo para investir em sua própria habitação, e o poder público está impedido de realizar melhorias para não estimular novas ocupações irregulares. Nestas circunstâncias é importante romper esse círculo vicioso gerador de baixa qualidade de vida de grande parte da população da cidade.

Em nossa avaliação, a transformação desses ocupantes em proprietários fará com que se sintam estimulados a investirem em suas próprias residências, e o poder público, mediante a regularização das áreas, poderá investir em infraestrutura urbana para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Ao mesmo tempo em que os equipamentos sejam estendidos a essas regiões totalmente desassistidas de equipamentos urbanos, as melhorias públicas como escolas, postos de saúde, creches poderão ser ofertadas.

O elemento deflagrador de toda esta dinâmica virtuosa de melhorias físicas e sociais se encontra na regularização das áreas e na transformação de ocupantes em proprietários. Trata-se de passo fundamental para fazer com que cada novo proprietário se sinta um cidadão respeitado e empoderado. Seus interesses passam a ser os interesses coletivos de progresso, disciplina, segurança e bem-estar social

pois suas propriedades acham-se inseridas nessa realidade e valorizadas pelas melhorias efetuadas por eles mesmo e pelo poder público. O antigo ocupante ao virar proprietário torna-se um membro da comunidade que irá usufruir da transformação de núcleos subnormais de habitação em bairros estruturados e equipados para prestar ao cidadão os serviços a que têm direito como proprietários e pagadores de impostos na cidade. Estão associadas ao exercício dos direitos dos cidadãos, sobretudo à educação, à capacitação profissional e à saúde, seus programas oferecem aos beneficiários algo que vai além do dinheiro e que permite visualizar um futuro para as gerações mais jovens.

Impactos esperados:

- estimular investimentos privados nas moradias mediante instrumentos como PPPs e concessões;
- priorizar investimentos públicos em infraestrutura principalmente de saneamento;
- aumentar a disponibilidade de equipamentos sociais de educação, saúde e creches no entorno dos núcleos urbanos;
- maior envolvimento cívico da população carente;
- utilização intensiva dos CEPACs para dinamizar a melhoria das moradias na cidade captando recursos privados para tanto.

DIRETRIZ 6

SÃO PAULO INCLUSIVA

A vida em sociedade é mais rica quando todos se sentem satisfeitos e quando todos respeitam a opinião dos outros. Isto significa participação, decisões solidárias e comprometimento mútuo de todos os cidadãos para com o bem-estar de todos.

São Paulo não pode ser uma cidade excludente. Pelo contrário, deve ser um ambiente onde todos se sintam em casa, opinando e fiscalizando em prol de toda a comunidade.

Uma política inclusiva que dizer que a gestão deve ser descentralizada, valorizando o conhecimento e os laços sociais locais. O orçamento deve ter a maior autonomia possível para que cada grupo legitime os impostos que paga. Na minha gestão a participação será uma tônica determinante de meu estilo de governança. Proponho que a descentralização e a participação ocorram em três níveis distintos, porém integrados.

Um primeiro nível de participação ocorrerá pela maior autonomia local sobre as decisões administrativas, de governança e de zeladoria. As subprefeituras terão ampla autonomia na gestão de seu orçamento e no direcionamento de suas políticas de investimentos. Cada subprefeito deve ser legitimado pelas preferências da comunidade local de forma a representar fidedignamente os anseios daquela população.

Um segundo nível de participação ocorrerá pela criação em cada subprefeitura de um Conselho de Moradores, composto pelos mais respeitados membros de cada comunidade e ao qual o subprefeito deverá submeter periodicamente seus atos de gestão. Será a contraparte local do Conselho Gestor da Cidade de São Paulo.

E em um terceiro nível de participação iremos criar os Conselhos da Melhor Idade cuja principal missão será a de ligar as práticas de gestão e as decisões de políticas públicas com avaliações lastreadas na experiência acumulada dos membros do Conselho e nas ações de fiscalização, acompanhamento e avaliação

que seus membros irão efetuar em todas as áreas e setores de interesse da população. Eles serão os fiscais da Prefeita.

Sobre esta última proposta irei me deter um pouco mais. Da mesma forma que certas civilizações orientais e algumas importantes tribos indígenas se beneficiam com a sabedoria de seus velhos, este plano tem como objetivo o aproveitamento dessa parcela da população de São Paulo, de grande valia, de seriedade incontestada e com uma capacidade imensa de ajudar qualquer Governo sério a dirigir com acerto esta cidade.

Todas as pessoas com sessenta anos ou mais, poderão se inscrever no projeto e receberão o título de Conselheiros Municipais. Esses Conselheiros executarão tarefas em geral gratuitamente, mas podendo, em casos específicos, receberem auxílio pecuniário.

Estarão divididos em Conselhos Regionais ligados às Administrações Regionais, fiscalizando-as, sugerindo soluções, atendendo a população dos bairros em todas as atividades de interesse da população, públicas ou privadas.

Um Conselho Geral da Melhor Idade, eleito pelos Conselhos Regionais da Melhor Idade estaria encarregado do comando geral, tendo acesso direto ao Prefeito e seus Secretários.

Os Conselheiros terão autoridade de, em nome do bem-estar público, intervir em quaisquer circunstâncias que requererem sua atuação. Na execução do plano das Mães Crecheiras, por exemplo, os Conselheiros poderão ser integrados ao Projeto recebendo remuneração para fiscalizar o bem-estar das crianças, os lares e as refeições aprovadas pelas Assistentes Sociais.

Nas escolas, a experiência internacional evidencia com meridiana clareza a importância do envolvimento dos pais na gestão e na zeladoria das mesmas. O Conselho da Melhor Idade pode ser um elemento de aproximação das famílias com a direção das escolas, envolvendo a comunidade aumentando o apreço e respeito da população com os professores, funcionários e alunos dessas instituições de ensino. Quem ama cuida, e ao aproximar a comunidade das escolas a educação será vista pelo que ela realmente é: a base do desenvolvimento econômico, o instrumento para a redução das desigualdades e a consolidação da democracia.

Uma boa escola pública possibilita a igualdade de oportunidades a todos, um mecanismo primoroso de inserção social e a base para a felicidade pessoal.

No projeto da retirada das crianças das ruas os Conselhos da Melhor Idade poderão atuar na localização das crianças, na sua triagem, doando principalmente o afeto e carinho que este projeto exige para sua execução.

Igualmente importante é humanizar o relacionamento entre os habitantes de São Paulo, sem ódio, sem preconceitos, e sem discriminação de qualquer tipo. O convívio pacífico e fraterno entre indivíduos que por escolha ou por destino caminhem por trilhas diferentes do ponto de vista religioso, sexual, político, racial, étnico ou simples preferência não deve alterar o convívio civilizado e respeitador dos direitos de cada um.

Seremos sempre contra a imposição, por opção de política pública, que indivíduos ou grupos imponham a sua visão aos demais membros da comunidade. Porém respeitá-los e admiti-los como opções pessoais será sempre uma diretriz fundamental de nossa administração.

Impactos esperados

- Maior sensação de pertencimento do cidadão em relação à cidade onde habita;
- Prestigiar os interesses locais de cada comunidade para evitar o alijamento do indivíduo que ocorre com frequência em gigantescas metrópoles como São Paulo mediante gestão participativa local;
- Maximizar o bem-estar de cada comunidade considerando as limitações orçamentárias da cidade, dando aos cidadãos o amplo direito de participarem nas escolhas e projetos a serem incluídos nos Orçamentos Municipais;
- Aproveitar a experiência dos cidadãos mais antigos da cidade nos Conselhos da Melhor Idade;
- Permitir à população usuária dos serviços públicos da cidade que suas avaliações e opiniões sejam constantemente repassadas aos órgãos gestores

dos equipamentos públicos tais como como parques, escolas, centros médicos, creches, centros esportivos etc;

DIRETRIZ 7

A FORÇA DO SETOR PRIVADO: A UNIÃO FAZ A FORÇA

As formas tradicionais de financiamento do investimento público estão totalmente esgotadas no Brasil. A carga de impostos é de mais de 35% do PIB, e o endividamento público já se aproxima de 100% do valor anual de bens e serviços produzidos a cada ano em nosso país. Além disso, todos os municípios não podem se endividar autonomamente, como por exemplo faz a União. Nesse sentido, o financiamento pela geração de déficits orçamentários descobertos pode acabar resultando na presença do mais perverso imposto de todos, a inflação, que corrói os salários e destrói a credibilidade do Brasil para atrair investimentos externos.

Resta, contudo, um caminho promissor, que são as PPPs. As Parcerias-Público-Privadas são associações entre os setores público e privado, em que as partes trabalham em conjunto para benefício mútuo, segundo regras previamente estabelecidas. Em outras palavras as PPP's nada mais são do que uma modalidade de concessão de serviços públicos em que há obrigatoriedade de contraprestações do parceiro público ao parceiro privado, já que o retorno financeiro dos investimentos e os gastos operacionais por este último não seriam suficientes para oferecer retorno aos investimentos apenas com receitas próprias.

As PPP's podem ser consideradas um mecanismo de financiamento ao setor público, já que caberá ao parceiro privado arcar com os custos de implantação, operação e manutenção do serviço público concedido. Na fase de investimentos, há a possibilidade do aporte de recursos públicos, de forma a minorar o valor da contraprestação pública ao longo da execução contratual.

Existem várias formas de PPPs, com variedades de mecanismos operacionais. Uma de nossas Diretrizes de governo é o aperfeiçoamento dos CEPACs, discutido neste programa, dentre várias outras alternativas a serem analisadas e cuidadosamente implementadas.

As PPPs oferecem inúmeras vantagens que pretendemos usufruir em benefício da população. O objetivo geral das parcerias é canalizar para os serviços públicos a habilidade gerencial e os capitais privados, estruturando o relacionamento entre as partes, de forma que o termo parceria abranja partilha de riscos e de ganhos financeiros.

Para o setor público, a PPP permite a obtenção de um melhor uso do recurso público (value for money), quando da oferta de serviços, ao lhes conferir eficiência, eficácia e efetividade, particularmente através das seguintes fontes:

- a) Inovação. A PPP permite a transferência da capacidade inovadora do setor privado para a área pública;
- b) Otimização do custo e da vida útil. Num modelo DBFOT – Projetar, Construir, Financiar, Operar e Transferir. O modelo envolve a integração das quatro funções ao parceiro privado e, ao final do prazo de concessão, os ativos são transferidos ao poder concedente;
- c) Divisão de Responsabilidades. No caso mais frequente, o parceiro público define as condições de oferta de determinado serviço público, e o parceiro privado projeta, constrói e opera os ativos para tal. Neste caso, costuma ocorrer uma divisão de responsabilidades mais clara e coerente, já que cada um dos parceiros estará exercendo suas atividades finalísticas.

Mas para que um Plano de PPP's e Concessões para o município tenha sucesso, é preciso que haja uma aderência à carteira de projetos estratégicos da administração e adesão dos projetos ao plano plurianual (PPA).

Além disso, é preciso haver um forte trabalho político-institucional da administração em promover sua carteira junto à Câmara Municipal e aos órgãos de controle, particularmente ao TCM.

A adequação do marco institucional brasileiro a essas modalidades modernas de financiamento público irá exigir que o peso político e econômico da cidade de São Paulo, responsável pela produção de cerca de 10% do PIB nacional, seja exercido com empenho, dedicação, ousadia e determinação por seu Prefeito para exercer um trabalho de convencimento e aperfeiçoamento de nossas instituições, ainda bastante antiquadas neste quesito.

Como proposta vou promover um Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas. O Fundo tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude das parcerias.

Impactos esperados:

- Propiciar com rapidez e agilidade investimentos em áreas prioritárias como: habitação, mobilidade urbana, educação e saúde;
- Aumentar investimentos contando com a experiência e agilidade típicos do setor privado, mas sob estrita vigilância e fiscalização da prefeitura;
- Atrair parceiros internacionais para complementar os esforços internos de captação de capitais;
- Adequar as instituições para facilitar o uso das PPPs, como a criação de fundos garantidores especializados como mecanismo de reduzir a insegurança econômica e jurídica dos empreendimentos, e assim reduzir o custo do capital.

DIRETRIZ 8

CIDADE SEM MEDO: SEGURANÇA HUMANIZADA

Em se tratando de um projeto em âmbito municipal, é de fundamental importância termos em mente que a base da Segurança Pública envolve os entes Federais, Estaduais e Municipais. Posto isso, devemos nos atentar às particularidades específicas de um projeto visando a excelência da Segurança Pública do Município de São Paulo, que é, por suas proporções, um “país” com todas as carências e mazelas de uma das maiores cidades do planeta.

São Paulo tem diversidades sociais, temporais, territoriais e culturais em proporção tal que o tema deve ser focado na busca de uma proposta de Segurança Pública que atenda a todos os seus munícipes independentemente da classe ou localização em que se encontram. Para isso devemos entender que São Paulo é temporal, porque se transforma muito rápido, de tempos em tempos, com necessidades e objetivos que se modificam dia após dia sendo necessária a adaptação de um projeto de segurança que enfoque essa transformação cotidiana.

São Paulo é territorial porque apesar de ser metropolitana, extrapolar divisas, ter diferentes necessidades entre bairros, ela tem a responsabilidade do atendimento dentro de seus limites territoriais, sofrendo com os impactos dessa interligação municipal sem fronteiras.

São Paulo tem um fator cultural extremamente diverso por ser uma cidade que acolhe pessoas do mundo inteiro, com costumes diversos, próprios e ao mesmo tempo integrados pelo macro cidade, que precisa acolher a todos sem qualquer distinção. Isso, sem falar nas condições no âmbito das comunidades, nos aspectos gerais da condição de vida que envolve toda a população de forma e grau absolutamente diferenciados.

Como absorver em um projeto de Segurança Pública a nível municipal, com as prerrogativas próprias de atuação, todo o município e sua população global, oferecendo qualidade e proteção contando com a integração junto às Forças Públicas de Policiamento, Ministério Público e os diversos organismos que buscam representar a população em torno da expectativa de paz social? Vou pensar e agir fora da caixa em relação ao que se passa em nosso país, e criar dentro do Município de São Paulo, utilizando as ferramentas de atuação do Poder Municipal, a SEGURANÇA HUMANIZADA, ou seja, o fator Segurança, voltado especificamente para as pessoas e exercida por pessoas.

As atribuições do Estado e da Federação, abrangem as necessidades preventivas e coercitivas do exercício da segurança, cabendo ao município, auxiliar na estrutura e desenvolver meios de proporcionar aos munícipes as condições de convivência necessárias para que a atuação do Estado seja minimizada ao extremo. O Município precisa enxergar a Segurança Pública não como princípio, mas sim como resultado de ações de melhoria da condição daqueles que a exercem e ao mesmo tempo usufruem da Segurança que necessitam no Município.

Um exemplo prático da funcionalidade dessa forma de atuar do Poder Municipal, é a questão do tráfico e consumo de drogas, especificamente na chamada Cracolândia.

Conhecida área de consumo de drogas não é uma, e sim várias, que apesar de estarem espalhadas por São Paulo, são conhecidas não só pela distribuição, venda e consumo de drogas, mas tornaram-se núcleos da mais nefasta degradação social. Programas já implantados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal pouco ou nenhum resultado trouxeram por não envolver no processo os que mais necessitam da atenção: os viciados e suas famílias, os donos de imóveis, moradores e comerciantes etc., com custos incalculáveis para a cidade. A solução se encontra nas das próprias cracolândias, de dentro para fora, com a implantação da Segurança Humanizada que proporciona a participação dos envolvidos (GCM capacitada, usuários, familiares, ongs, associações, igrejas, entre outros) em um processo de ressocialização, proximidade, assistência e recuperação, de retorno aos lares, tratando das causas e não das consequências, revitalizando áreas nobres do

centro paulistano, valorizando os espaços, reduzindo custos, gerando conforto e proteção para todos.

Ainda que por vezes necessária, é importante entender que a coerção e a punição não são os únicos mecanismos na busca de uma solução para este problema. O vício é, acima de tudo, um problema social e uma questão de saúde, que geram junção de circunstâncias penosas de vida, como pobreza extrema ou enfermidades mentais com a oportunidade dada os grandes traficantes de usarem sua rede de distribuição, que é constituída por pequenos, mas incansáveis traficantes que estão além dos olhos do Estado, mas dentro de um complexo enredo de caos social que acabam recaindo sob o Gestor Municipal.

Nesse cenário tem restado ao município o desafio de envolver principalmente as famílias daqueles dependentes que ali se encontram, as instituições organizadas, associações, ongs, igrejas, fundações, líderes comunitários e as outras áreas necessárias no processo para solução real dessa situação degradante. Lembrando que muitos deles são migrantes, sem nenhuma estrutura de apoio familiar e que acabam dependendo quase exclusivamente do auxílio e assistência do município.

Vamos buscar construir uma rede de apoio envolvendo saúde e assistência social, Polícia Civil e Militar, o Ministério Público e as organizações constituídas atuando com a Guarda Civil Municipal junto às famílias daqueles dependentes que promovendo um processo de acolhimento que trate muito mais das causas e diminua drasticamente as consequências.

Da mesma forma vamos investir maciçamente na Guarda Civil Metropolitana com melhores condições de trabalho, aumento do efetivo, plano de carreira, trabalhando para garantir a melhor remuneração possível. Essa ação não deve ser considerada como despesa e sim como investimentos de retorno garantido a curto e médio prazo, pois implica em uma redução substancial nos custos de programas e auxílios sociais da prefeitura, sem contar no reflexo direto na educação, comércio, na moradia e no bem-estar da população.

Outra providência de enorme resultado e repercussão é a ampliação e a capacitação da Guarda Civil Municipal, que poderá ter em seus quadros, jovens aprendizes que poderão se inscrever em um programa de ensino complementar

educacional e pedagógico para atuar junto à Guarda Municipal e aos órgãos públicos do município, formando a Jovem Guarda Paulistana (JOPA), que de forma ostensiva, proporcionará educação, bons princípios, inserção social e evitará o arrebatamento desses jovens pelo crime.

A implantação de Núcleos Regionais de Segurança proporciona a integração das Guardas Civil e Militar com a população, possibilitando inúmeras ações de combate à discriminação de qualquer espécie, de proteção à Mulher, aos Idosos e às Crianças, mobilizando os movimentos sociais, associações, instituições públicas e privadas, igrejas, escolas e demais segmentos, na prevenção da violência, o consumo e tráfico de drogas.

A Segurança Humanizada deve valer-se das diversas associações comunitárias, buscando através de palestras com pessoas que se destacaram dentro das próprias comunidades, servindo não só como exemplo, mas também dando testemunho da possibilidade de progresso e valorização social pelo esforço próprio e adoção de bons princípios e atitudes. Mulheres, negros, egressos do crime e do vício, GLBTS, que sofreram ou sofrem discriminação, e também pessoas de sucesso que não sofreram com qualquer tipo de perseguição, podem passar suas experiências de vida em um projeto motivacional e de apoio para os que se encontram naquelas situações, consigam força e referência para a recuperação e servirem de alerta àqueles que possam por qualquer meio se envolverem em maus caminhos.

Importante ainda, principalmente na área central, estender a vigilância por monitoramento de câmeras ao maior número possível de bairros, contando com parceria privada, promover a total integração da Guarda Civil com a população, com ações junto às escolas, unidades de saúde e próprios municipais, proporcionando proximidade, confiança e a humanização no relacionamento, promovendo treinamento e ostensividade da Guarda Civil no patrulhamento das áreas centrais e nos bairros, fortalecendo os Conselhos de Segurança de bairros, objetivando a identificação dos problemas locais, em especial em relação à proteção da mulher, das crianças e dos idosos, integrando os sistemas de segurança civil e militar do Estado, promovendo o mais alto nível de segurança à população através de

Inteligência Operacional, promovendo a Segurança Pública como resultado das boas ações da assistência social, da educação e da saúde, pois ao município cabe o desenvolvimento das estruturas básicas geradoras de um ambiente de pacificação e convivência Social.

O exemplo da questão da cracolândia serve para todas as áreas que geram conflitos, principalmente nas comunidades mais carentes e mais desprovidas de serviços públicos. A integração da gestão do município, população, instituições públicas e privadas, é o melhor caminho para geração de segurança, ordem e respeito às leis.

A Segurança Humanizada tem caráter envolvente, diminui as diferenças, aproxima interesses, facilita e fraterniza as relações, afasta as ignorâncias e as fraquezas. Proporciona iniciativas, ideias e parcerias, gerando convivência e pacificação social, além de acesso ao patrimônio e aos serviços públicos essenciais, que são pilares da Administração de uma metrópole como a cidade de São Paulo.

Temos aqui um conceito diferenciado do tema Segurança, em geral tratado de forma pasteurizada e unicamente como o uso do poder do Estado sobre a violência. É momento de simplicidade e busca do envolvimento de um conjunto de ideias, além evidentemente do uso da força que compete ao Estado exercer. Um projeto mais genérico e abrangente permite que as pessoas se sintam capazes de participar, se sintam incluídas e dispostas a colaborar.

Impactos esperados:

- Maior vigilância comunitária, e, principalmente, com o envolvimento de moradores e comerciantes pode-se evitar o surgimento de lideranças ligadas a facções criminosas, proporcionando maior índice de segurança, desenvolvimento e convivência pacífica nas áreas da cidade;
- Proteção à Mulher, aos Idosos e às Crianças, mobilizando os movimentos sociais, associações, instituições públicas e privadas, igrejas, escolas e demais segmentos, na prevenção da violência, o consumo e tráfico de drogas;

- A proposta de criação da Jovem Guarda Paulistana (JOPA) é um serviço da Secretaria Municipal de Segurança em conjunto com a Secretaria de Assistência Social que vai possibilitar o desenvolvimento e a qualificação de jovens de 16 a 18 anos;
- Integração com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar do Estado, tanto no quesito treinamento como manutenção e equipamentos, deve ser uma observância constante para que se minimize as consequências de acidentes, alagamentos e eventos sinistros a que a cidade está sempre sujeita.
- A integração é o caminho para obtenção do sucesso no propósito de realização administrativa. Depende do esforço e do engajamento de todas as áreas, Educação, Saúde, Lazer, Cultura, Direito, Esporte, Assistência, tendo acima de tudo o princípio e o fim no bem comum a todos.

DIRETRIZ 9

SÃO PAULO CIDADE DIGITAL

No período 2021 a 2024 haverá uma nova revolução digital em função da iminente implantação da tecnologia 5G para dispositivos móveis no Brasil. Essa nova tecnologia traz em seu bojo uma gama enorme de oportunidades para o gestor público na medida em que:

- A banda larga móvel terá uma velocidade cerca de 50 a 100 vezes maior do que a tecnologia 4G em uso atualmente;
- Haverá uma enorme redução nos tempos de latência dos fluxos das informações para cerca de 1/1000 milésimo de segundo;
- As estações repetidoras serão menores e em muito maior quantidade pois o alcance de cada uma será em torno de 200 metros, porém com capacidade de até um milhão de acessos simultâneos;
- Não somente os atuais smartphones poderão acessar a internet como uma infinidade de dispositivos móveis e fixos que poderão manter um alto volume de comunicação entre si na chamada Internet das Coisas (IoT- Internet of Things).

O município de São Paulo atualmente encontra-se em um estágio bastante atrasado em relação às municipalidades do mesmo porte ao redor do mundo como Londres, Tóquio, Pequim, Shangai, Seoul, Cingapura, Taipei, entre outras, e não é classificada e nem tampouco habilitou-se como participante do movimento das Cidades Inteligentes (Smartcities)

A aplicação da tecnologia pelas municipalidades consideradas Cidades Inteligentes visa empoderar o cidadão invertendo o fluxo tradicional onde o mesmo serve o município para o município servir o cidadão.

Na PMSP podemos atualmente encontrar dezenas de soluções informatizadas para facilitar o recolhimento das taxas e pagamento dos impostos,

mas uma pequena fração voltada para servir o cidadão, seja ele morador permanente ou um turista que visita à cidade.

Um programa com as linhas de atuação em sintonia com o que o PSL tem nas suas diretrizes poderia contemplar ações e projetos de governo que sejam ao mesmo tempo factíveis de serem implementados em quatro anos de gestão. A seguir são delineados alguns programas e projetos que conseguem “catalisar” as oportunidades que já estão disponíveis para a implantação na próxima gestão municipal, segregadas pelas principais funções designadas na Lei do Orçamentária Anual nas suas diversas rubricas e que cuja arrecadação foi estimada em R\$ 68,9 bilhões de reais.

EDUCAÇÃO

O ano de 2020 está sendo extremamente desafiador para o setor de Educação em todos os seus níveis e a PMSP como tem o encargo constitucional de prover, universalmente, na pré-escola e no ensino fundamental em consonância com a nova emenda constitucional 108/2020.

Os efeitos da pandemia da COVID cairão de forma inexorável sobre o sistema público de educação na medida em que haverá uma grande migração de alunos que anteriormente estavam matriculados na rede privada para a rede pública.

Neste sentido, para atenuar a carga sobre o sistema a Tecnologia de Informação oferece a possibilidade de adoção seja em caráter permanente seja em regime de períodos reduzidos a Educação à Distância onde o aluno pode estar em contato direto com o professor desde que disponha de algum dispositivo atualizado e acessível em termos financeiros.

A PMSP poderá distribuir, sem custo a todo aluno que se enquadre nos critérios sócio econômicos para receber esse dispositivo (Tablet ou Computador) cabendo à municipalidade definir qual o valor do subsídio que caberá ao estudante. Estima-se que um dispositivo em torno de R\$ 1.000,00 possa atender a esta demanda. Uma boa forma de “pagamento” pode ser a alocação de um certo número de horas a determinados aplicativos pedagógicos definidos pela PMSP.

Note-se que o Uruguai implantou com sucesso o programa “um Computador por Aluno” e teve a oportunidade de manter o ano letivo sem interrupção na pandemia ao direcionar seus alunos para o ensino à distância.

Considerado um modelo inovador, a cidade de Sacramento, na Califórnia, desenvolveu junto com a Verizon uma PPP para exploração das facilidades que o 5G pode proporcionar e cujo conteúdo está descrito no portal da cidade conforme tradução livre abaixo:

- Ajudar a diminuir a exclusão digital, fornecendo acesso Wi-Fi gratuito em 27 dos parques públicos de Sacramento;
- Apoiar as iniciativas de educação do prefeito Steinberg com estágios e oportunidades para alunos do ensino fundamental, médio e médio para promover carreiras em ciência, tecnologia, engenharia e matemática;
- Promover a iniciativa Vision Zero de Sacramento, que se concentra na redução de fatalidades relacionadas ao trânsito e lesões graves. A Verizon ajudará a cidade com esta iniciativa melhorando a segurança pública em cruzamentos importantes da cidade por meio de tecnologia, bem como controles de sinalização avançados para gerenciar o fluxo de veículos, diminuir o congestionamento, melhorar o transporte público e reduzir as emissões de gases de efeito estufa;
- Construir uma comunidade conectada com foco no envolvimento voltado para Sacramento com os cidadãos e visitantes com quiosques digitais que incluem recursos como Wi-Fi, segurança, localização, quadros de avisos e outras funções importantes personalizadas para a cidade;
- Impulsionar a inovação e a conectividade 5G de última geração com um investimento significativo em infraestrutura em toda a comunidade de Sacramento.

SAÚDE

- Os serviços de saúde municipais, que já estavam estressados antes da pandemia, terão um período mais desafiador nestes próximos quatro anos

sem sombra de dúvida. A rápida autorização da Telemedicina pelo Ministério da Saúde oferece uma janela de oportunidade para a implantação de uma nova estrutura de atendimento na PMSP, seja com o uso da Telemedicina seja com a implantação dos prontuários eletrônicos que agilizam, reduzem a burocracia do atendimento hospitalar e permitem ao mesmo tempo um ganho na qualidade dos serviços prestados nas unidades próprias ou terceirizadas;

- O SUS implementou o Cartão Nacional de Saúde, que possibilita o uso das informações sobre os segurados de forma ampla e nacionalmente, porém ainda subutilizado principalmente por questões políticas, mas que ainda oferece a possibilidade de desenvolvimento de aplicações de extrema valia para o cidadão, desde que devidamente valorizado;
- A utilização das ferramentas de Big Data para personalizar o atendimento e a comunicação com o cidadão através do celular ou do smartphone são muito grandes. Sistemas de agendamento de consultas, cirurgias eletivas, entrega e monitoramento de remédios de uso continuado, desde que bem geridos, trazem uma percepção de qualidade nos serviços muito importante;
- O acompanhamento da evolução pré-natal, a programação do parto e o acompanhamento da saúde da criança com as carteiras de vacinação eletrônicas reforçam a atuação da gestão bem-sucedida;
- Atualmente, há preponderância no papel como veículo de registro e identificação do usuário dos serviços de saúde, o que é caro e demanda todo um esforço desnecessário por parte do cidadão e também da pesada máquina burocrática pública. O uso da biometria facial é um dos fatores de maior impacto na simplificação dos sistemas de identificação. O setor público ainda não se mobilizou de forma eficaz para implementar o reconhecimento facial como sistema de autenticação. O INSS, atingido pelas circunstâncias da pandemia, está tentando viabilizar a “prova de vida” para evitar a presença física do idoso a seus postos ou agências bancárias, o que é um primeiro indicativo desse movimento.

TRANSPORTE PÚBLICO

- Numa megalópole como São Paulo um dos mais críticos e complexos temas diz respeito ao sistema de transporte público. O encargo mais importante que cabe à PMSP é em primeiro lugar o do sistema de ônibus, com uma frota de 143.000 veículos e gerida pela SP Trans. A tecnologia 5G permitirá, além de serviços voltados para os cidadãos, cujos celulares serão a base da sua identificação quando utilizarem o sistema, controlar com grande precisão a localização, a velocidade e, com isso, criar novos serviços georreferenciados para o agendamento das viagens e a revisão permanente das linhas principais e as alimentadoras do sistema;
- O uso da publicidade voltada para os usuários em tempo real e associada às redes sociais pode ser uma fonte de recursos importante para financiar os investimentos;
- A exemplo de Londres, Singapura e outras megalópoles, São Paulo poderá oferecer o seu “cartão virtual” (um subproduto do que os moradores podem ter) voltado para os milhares de visitantes e turistas que a frequentam diariamente com planos de transporte e de visitação aos principais polos de atração da cidade;

TRÂNSITO

- Os mais de 2.500 cruzamentos controlados por semáforos representam um dos grandes fatores críticos para a gestão do fluxo de pessoas na cidade. Atualmente cada semáforo é pré-programado segundo critérios de engenharia e essa programação é tipicamente baseada no dia e horário de funcionamento. Com as novas tecnologias, especialmente o 5G, esses semáforos poderão se transformar em sensores para os grandes sistemas de monitoramento em tempo real, onde os tempos de abertura e fechamento sejam adaptados ao tráfego no momento ou, em casos de emergências, alterados em função da proximidade de veículos especiais. Nos corredores de ônibus, a proximidade dos ônibus poderá alterar a programação dos tempos de abertura de determinados pontos. Os semáforos além da programação dinâmica poderão ser acrescidos de

câmeras onde as imagens em alta resolução sejam transmitidas em conjunto com os sinais de tráfego sem que haja a necessidade de cabamentos especiais além da energia elétrica

- Iluminação Pública inteligente: O serviço de iluminação pública na cidade foi recentemente terceirizado através de uma PPP. Todavia não foi concluída a concessão dos serviços adicionais que as luminárias poderão absorver pelo fato de serem o melhor instrumento para a instalação das antenas 5G (de alta frequência) pois as mesmas precisam ser instaladas em grande quantidade e em visada a mais direta possível do usuário. Com isso o próprio sistema de iluminação poderá passar a controlar individualmente cada luminária que, se for de LED, poderá ter a intensidade variável em função do fluxo de pessoas ou veículos e propiciando uma redução expressiva no consumo de energia.

PREFEITURA SEM PAPEL

- A Comunidade Europeia está desenvolvendo um extenso programa voltado para a avaliação do estado e utilização de ferramentas digitais pelos seus membros. Um fator preponderante nesse estudo é a Centralidade de serviços e processos no cidadão e que os mesmos possam atendidos a qualquer hora e em qualquer lugar.
- Para isso os gestores precisam acelerar a eliminação completa do uso do papel como meio de transporte e armazenamento de informações. Estabeleceram indicadores e metas a serem atingidos sobre o percentual de uso do papel em todos os procedimentos como forma de avaliação da qualidade da gestão pública;
- No caso da PMSP temos ainda um longo caminho a seguir seja na implantação de novos serviços digitais seja na digitalização dos arquivos históricos, o que é um programa desafiador e requer pesados investimentos (ou contratação de serviços terceirizados), mas se trata de uma condição necessária para a Prefeitura sem Papel;

Como mencionado anteriormente, o que existe hoje é relacionado em grande parte à arrecadação de impostos e taxas, mas pouco direcionado a servir o cidadão. A obtenção de licenças de funcionamento, alvarás de construção teve uma evolução importante nas últimas gestões com o SP Mais Fácil, porém as Subprefeituras muitas vezes adotam critérios diferentes umas das outras por questões políticas e priorizam a presença física para o atendimento e os prazos de respostas a consultas demoram meses.

STARTUPS DE TECNOLOGIA:

O município de São Paulo pode desenvolver programas especiais para capitalizar o fato de que sedia duas das melhores universidades do país (USP e UNESP) além da federal UNIFESP, somam-se a elas universidades particulares de excelente qualidade como Mackenzie, PUC, FGV, Anhanguera, UNIP, sem considerar as escolas independentes, o que permite criar polos com incentivos ao desenvolvimento de alta tecnologia.

Além do fato de dispor de talentos com formação de nível internacional, o município de São Paulo transformou-se num centro natural para desenvolvimento de negócios promissores e várias iniciativas de grandes empresas já existem para abraçar as empresas em fase de crescimento, as Startups (Cubo, InovaBra, Distrito, entre outras) associadas à adoção de iniciativas de alto impacto social tendo em vista o seu porte, a sua capacidade de mobilização de recursos e a vocação natural para atrair brasileiros de todos os cantos, assim como abraçar os estrangeiros que aqui escolhem para viver. O gestor que souber incorporar esse diferencial em seu plano de gestão poderá ter um destaque nacional nos quatro anos de mandato.

DIRETRIZ 10

FILANTROPIA E INVESTIMENTO SOCIAL: O PROBLEMA É DE TODOS NÓS

Se existem fatos que ficaram aparentes para toda a sociedade após a pandemia do Coronavírus podemos destacar: 1) a extrema desigualdade de renda, de qualidade de vida e de oportunidades existentes em nosso país e 2) a responsabilidade coletiva de todos, governo, indivíduos e organizações da sociedade civil, na superação destas distorções. Uma sociedade para ser saudável e progressista precisa ter como característica essencial o espírito de solidariedade entre todos os cidadãos na busca de um destino aceitável para o maior número possível de pessoas.

Nesse sentido, o Brasil é uma sociedade onde a clivagem entre governo e cidadãos é muito profunda. O cidadão acredita que a administração pública é um ente apartado dos indivíduos, e que está no governo a capacidade e a obrigação de superação destes desafios.

As sociedades modernas acreditam na solidariedade e complementaridade de ações entre os setores público e privado. Os indivíduos contribuem com os esforços de aprimoramento da vida econômico-social da população muito além de simplesmente cumprirem com suas obrigações tributárias. É comum nessas sociedades os indivíduos atuarem conjuntamente em ações sociais e no financiamento de atividades de interesse público nos setores de saúde, educação, assistência social e muitos outros através de doações ou investimentos sociais, que vão muito além da simples filantropia.

Quando se olha o potencial da filantropia e do investimento social privado é importante reconhecer que existem duas posições extremas com relação a ideia de lucro financeiro: o filantropo doa sem ter nenhum interesse de retorno sobre o capital investido, enquanto que o capitalista tem sempre como interesse a maximização dos lucros sobre o capital investido.

O que pretendo fazer em minha administração é explorar até o limite essas possibilidades de ação. O ambiente pós-pandemia está deixando claro a interconexão entre TODOS os indivíduos de uma sociedade e que como responsabilidade pessoal, moral, ética e também empresarial compete a todos, solidariamente, colaborarmos na busca de soluções para os graves problemas que afligem nossa sociedade, como pobreza, ignorância, doenças, criminalidade, uso de entorpecentes e drogas, desigualdade, discriminação, etc.

Trazer os indivíduos para mais perto da administração de nossa cidade, tanto como agentes de colaboração (como o Conselho da Melhor Idade discutido nestas Diretrizes) ou como agentes ativos de gestão e financiamento de programas (desde a filantropia até o investimento social de alto impacto) será uma absoluta prioridade em minha gestão. Para cooptar esses empresários para a ação social deve-se buscar áreas ou temas que garantam a sua participação e eventual crescimento no mercado.

A empresa e o empresário socialmente responsável continuam visando o lucro, mas assumem uma estratégia de operação e crescimento em que busca conhecer os interesses de acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente e assim conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender de maneira equilibrada às demandas de todos. Estas empresas e empresários tem o potencial de trabalhar com toda a cadeia produtiva, e suas formas de representação (sindicatos, associações, redes de relacionamento) em torno de causas que demonstram sua responsabilidade social.

As empresas e empresários que buscam atuar de maneira inclusiva usam sua cadeia de valores para realizar ações afirmativas em prol de grupos que encontram limitações ou ausência de oportunidades para seu desenvolvimento por razões raciais, de gênero, religiosas, ou simplesmente por serem pobres, não educados, não preparados para o mercado de trabalho. Embora visem o lucro, essas empresas e empresários passam a fazer uso de parte desse lucro para promover uma sociedade mais equânime em termos de oportunidades. Um caso importante é o da

Dupont, que passou a incentivar o aparecimento e passou a ter como fornecedores pequenas empresas de empreendedores afrodescendentes.

O conceito de Valor Compartilhado foi criado por Michael Porter e Mark Kramer da Harvard Business School. A ideia central é que uma empresa e o empresário devem gerar valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade (com o enfrentamento de suas necessidades e desafios). O sucesso da empresa deve ser ligado ao progresso social. Valor compartilhado não é responsabilidade social, filantropia ou mesmo sustentabilidade, mas uma nova forma de obter sucesso econômico. Não é algo na periferia daquilo que a empresa faz, mas no centro. Uma empresa pode criar valor econômico com a criação de valor social.

Há três saídas distintas para tal: repensar produtos e mercados, redefinir a produtividade na cadeia de valor e montar clusters setoriais de apoio nas localidades onde a empresa atua ou está localizada. Cada uma delas é parte do círculo virtuoso do valor compartilhado em que uma área abre oportunidades às outras.

Ao conectar melhor o sucesso da empresa com o progresso da sociedade, abre muitas maneiras de atender a novas necessidades, ganhar eficiência, criar diferenciação e expandir mercados. Um número crescente de empresas conhecidas pela abordagem pragmática aos negócios — nomes como GE, Google, IBM, Intel, Johnson & Johnson, Nestlé, Unilever e Walmart — já embarcou em iniciativas importantes para gerar valor compartilhado ao redefinir a interseção entre sociedade e desempenho empresarial. Temos também exemplos na Votorantim e na Natura. Para esta transformação, os líderes e gerentes terão de adquirir novas habilidades e conhecimentos para melhor entender o potencial empresarial para atender necessidades da sociedade, e assim transpor a fronteira entre as esferas com e sem fins de lucro para colaborar. Já o poder público precisa aprender a regular de modo a fomentar — e não obstruir — o valor compartilhado.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Os Negócios Sociais são uma criação de Muhammad Yunus, prêmio Nobel de 2006. São empresas que têm a única missão de solucionar um problema social, são

autossustentáveis financeiramente e não distribuem dividendos. Como uma ONG, tem uma missão social, mas como um negócio tradicional, geram receitas suficientes para cobrir seus custos. É uma empresa na qual o investidor recupera seu investimento inicial, mas o lucro gerado é reinvestido na própria empresa para ampliação do impacto social. O sucesso do negócio não é medido pelo total de lucro gerado em um determinado período, mas sim pelo impacto criado para as pessoas ou para o meio ambiente. Combina o melhor do business tradicional - dinamismo e eficiência -, com o melhor do setor público e filantrópico – consciência e solução de problemas sociais.

Empresas e empresários que atuam nos negócios sociais se regem por alguns poucos e importantes princípios em que o negócio deve se basear:

- Na redução da pobreza ou mais problemas (como educação, saúde, acesso à tecnologia e meio ambiente) que ameaçam as pessoas e a sociedade; não a maximização dos lucros;
- A empresa deve ser financeira e economicamente sustentável;
- Investidores recebem de volta somente o valor investido. Nenhum dividendo é pago além do dinheiro investido;
- Depois que o investimento for devolvido, o lucro da empresa fica na empresa para ampliação e melhorias;
- A empresa deve ser ambientalmente consciente;
- Colaboradores recebem valor de mercado com melhores condições de trabalho.

O Investimento Social Privado surge como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público. Incluem-se no universo do investimento social privado as ações sociais protagonizadas não só por empresas, mas também por fundações e institutos de origem empresarial ou constituídos por famílias, por organizações comunitárias ou indivíduos. É um investimento estratégico para o futuro do planeta, da sociedade, de comunidades específicas e em cada

indivíduo para ser um cidadão participante de seu porvir. Um elemento fundamental ao conceito de investimento social privado é o envolvimento da cidadania por meio de organizações da sociedade civil em comunidades, em parcerias quando possível com entes públicos, para um desenvolvimento harmônico, com equidade, justiça social e sustentabilidade.

Finalmente, o termo Filantropia, que tem origem grega e significa profundo amor à humanidade, está associado à desprendimento, generosidade, caridade e empatia. Podemos perceber então que o conceito de filantropia tem como base um sentimento de pessoas, que quando potencializado, nos leva a à ação de ajudar ao próximo. Em nosso meio se confunde com ações assistencialistas. No dia a dia, o termo acaba sendo associado a organizações que dedicam tempo e recurso de forma voluntária e não remunerada a projetos sociais, capazes de atender necessidades básicas em saúde, educação, assistência social, moradia, alimentação. Na verdade, é uma ação profundamente necessária em um país regido por desigualdades em acesso a direitos humanos básicos como alimentação, habitação, saneamento, educação, acesso a serviços de saúde e que são representadas pela população de rua e na rua, favelados, invasores de espaços urbanos.

Impactos esperados:

- Aperfeiçoar e humanizar o sistema de livre mercado. Uma empresa atuando como empresa, não como um ente filantrópico, é o agente mais forte para lidar com as prementes questões a nossa frente, e a geração de riqueza propiciada pelo capital pode se expressar de diferentes formas e modelos como foram acima descritos;
- Fortalecer entre nós a cultura da doação e da responsabilidade social solidária, lembrando que a pandemia do coronavirus resultou em quatro meses em doações de R\$ 6,3 bilhões, sendo que 83% vieram do setor empresarial, e que 505 mil doadores individuais ou familiares responderam pelos 17% restantes;

- Estimular o aproveitamento de um leque de oportunidades para os investidores e para governos e governantes;
- Implementar estímulos governamentais, dentre eles fiscais e mercadológicos, para o crescimento da filantropia e do investimento social, comprovadamente com altos retornos sociais para o país e para São Paulo, e com controles e aferições periódicas de suas vantagens, como amplamente utilizados em várias experiências internacionais;
- Auferir benefícios de inovações institucionais com impactos relevantes como meio-ambiente, criação de fundos de investimento de impacto para a criação de negócios sociais atuantes na base da pirâmide populacional, uso de TI para, por meio da telemedicina, prestar serviço às populações com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, apoio a idosos para seguirem ativos como voluntários, servindo a comunidade, etc.
- Preparar quadros qualificados dentro da Prefeitura para saber usar este capital financeiro, humano, de conhecimento e habilidades, de recursos de informação e tecnologia para estabelecer, alavancar e qualificar intervenções junto à comunidade para um desenvolvimento equânime e sustentável.

DIRETRIZ 11

ECONOMIA E ORÇAMENTO: “CUIDAR DO PRESENTE SEM DESCUIDAR DO FUTURO”

A Pandemia de coronavírus colocou o mundo de joelhos. No Brasil, a contaminação se aproximava da marca de cinco milhões de infectados no mês de setembro, ceifando até presente momento em que preparo estas diretrizes, a vida de cerca de 150 mil pessoas e gerando uma expansão do desemprego e ameaça de fome em milhões de pessoas desamparadas.

Tudo aconteceu com uma em uma rapidez jamais vista em nossa história econômica. Nunca anteriormente se presenciou tamanha crise econômica, social e humanitária, quando todas as Nações literalmente desligaram as suas economias da tomada, paralisando a atividade produtiva, e transferindo para os governos a responsabilidade de atender, por razões humanitárias e econômicas, as necessidades da população carente, das micro e pequenas empresas e de todos aqueles que, sem qualquer culpa ou responsabilidade, foram atingidos por este dramático evento da natureza que assemelhou o mundo todo a tempos e sacrifícios de guerra.

Torna-se, portanto, um exercício de difícil resolução preparar um planejamento econômico e orçamentário em momentos tão turbulentos, e quando as incertezas atingem níveis que tornam literalmente impossível fazer qualquer previsão econômica com um mínimo de credibilidade.

Não obstante, há princípios que podem e devem ser adotados de imediato para lidar com situação de tamanha dramaticidade.

A importância de um plano para orientar a recuperação da economia foi tratada em um documento elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEX) divulgado abril deste ano. Após uma cuidadosa análise da situação o documento conclui pela centralidade (do papel do governo) de sua atuação como indutor e protagonista do grande processo de recuperação, e pela necessidade de

coesão nacional, de coordenação e de definição de estratégias eficazes e claras. E prossegue, “Do exposto conclui-se que será o Estado o grande protagonista dos processos de auxílio e de recuperação econômica. ”

A cidade de São Paulo, diferentemente de muitas outras regiões do Brasil e do mundo, não parece que encerrará o exercício de 2020 com volumosas quedas de arrecadação graças a receitas que superaram as expectativas no primeiro trimestre do ano e que começam, a partir do último quadrimestre de 2020, a mostrar sinais de recuperação. Contudo, não há como confiar nestas expectativas positivas, pois o ambiente econômico irá depender fundamentalmente do que ocorrer com o resto do país e do mundo. E o quadro não parece gerar otimismo.

Segundo trabalho realizado pela Fundação Indigo do PSL:

“Em momentos de crise, ações emergenciais demandam rapidez na execução, que fica comprometida quando não há articulação e coordenação no planejamento e na execução das medidas que precisam ser adotadas.

Quando isso não ocorre, os problemas e os conflitos se multiplicam e, não apenas os efeitos da crise se alongam além do que seria necessário, como suas consequências, para o país e para a população se agravam, tornando mais difícil evitar sequelas que geram prejuízos imediatos e deixam marcas futuras. Para isso, é necessário elaborar uma estratégia que oriente um planejamento a longo prazo e indique as prioridades a serem observadas na escolha das ações a serem adotadas para sua execução, observando, as questões relacionadas à repartição de responsabilidades e à coordenação das atividades a cargo dos distintos setores do governo e da sociedade paulistana”.

Algumas diretrizes administrativas e orçamentárias devem presidir todas as ações a serem tomadas a partir de 2021, quando se espera que o estado de

calamidade pública seja suspenso e que se busque voltar à normalidade na vida da cidade o mais rapidamente possível:

1. Como primeira e mais básica necessidade é o controle dos gastos (execução orçamentária). A necessidade de se fazer mais com menos irá exigir muita transparência por parte do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) da Prefeitura, de forma a facilitar sua utilização e acoplar a ele a identificação e acompanhamento da execução do plano de metas, inclusive com a localização geográfica da ação (onde os gastos estão sendo realizados). Esta providência, aparentemente intuitiva, não se encontra presente na gestão atual, o que dificulta o acompanhamento das ações de governo por parte dos cidadãos. Controle de custos e auditoria de gastos passa a ser uma necessidade fundamental, juntamente com a urgente necessidade de revisão de todos os contratos com o objetivo de comprimir custos e reduzir volumosos subsídios, como às empresas de ônibus, que custam mais de R\$ 3 bilhões aos cofres municipais anualmente. Serviços de terceiros reclamam urgente avaliação de eficácia para serem continuados, como por exemplo os serviços das Organizações Sociais na área da saúde;
2. Uma segunda linha de ação se acha na revisão geral do programa de desestatização da Prefeitura, pois torna-se necessária a intensificação das parcerias com a iniciativa privada. Empresas do setor privado, nacionais e estrangeiras devem ser chamadas a participar nos empreendimentos, principalmente em infraestrutura de saneamento e transportes, para complementarem a escassa disponibilidade de recursos municipais para investimentos como terminais de ônibus, cemitérios, parques e áreas públicas, disposição de lixo etc. Igualmente torna-se necessária uma criteriosa avaliação acerca da necessidade de manutenção das doze empresas municipais existentes;

3. Desburocratização dos procedimentos orçamentários, tais como na Junta de Orçamento e Finanças; e pelo lado da arrecadação, simplificar os procedimentos e ampliar a abrangência do PAT (Parcelamento Administrativo Tributário com o objetivo de facilitar ao máximo a superação da inadimplência de contribuintes agravada com a crise do coronavírus. Ainda no campo tributário, especial atenção deve ser concedida ao ISS, uma das principais fontes de recursos da Prefeitura, e aos impactos que poderão advir da reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, bem como a sempre necessária revisão com grande responsabilidade do IPTU, um tributo que sofreu enorme elevação a partir das gestões passadas; finalmente, a unificação e racionalização das inúmeras tarifas, taxas, e emolumentos que acumularam grande número e exigências burocráticas excessivas;
4. Igualmente importante é a correta gestão e o serviço da dívida pública na qual a Prefeitura gasta cerca de R\$ 4 bilhões anualmente. Outros gastos fixos precisam ser disciplinados e racionalizados, incluindo especial atenção ao IPREM, subsídio aos transportes, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
5. Modernização da estrutura administrativa da cidade é inadiável. Investimentos em tecnologia da informação vêm sendo feitos há cerca de vinte anos, tal como o programa PMAT, contudo ainda há muito a ser feito objetivando simplificar a vida do contribuinte, e do cidadão em geral no seu relacionamento com o setor público;
6. Uma diretriz pontual, porém, de importância emblemática é a fixação dos valores do IPTU. Por ser uma arrecadação importante, ainda que tenha deixado de ser a mais importante, o IPTU reflete a visão dos prefeitos anteriores acerca da cidade e dos seus moradores. Em 2013 o então prefeito reajustou o IPTU em 153% relativamente a 2010, quando no mesmo período a inflação de 76%, ou seja, um aumento real de 44%. A partir de então os

ajustes na Planta Genérica de Valores sobre este brutal aumento real implicou, e ainda implica, em valores de IPTU incompatíveis com os valores de mercados dos quase 2,5 milhões de imóveis pagantes do tributo;

7. Por esta razão pretendo não reajustar o IPTU em valores reais, pelo menos durante os dois primeiros anos de minha administração, colaborando assim para a recuperação da economia após a pandemia de 2020 e para corrigir os excessos das administrações anteriores. Da mesma forma, pretendo corrigir anualmente as faixas de isenção e de descontos do valor venal anual pelo mesmo índice de reajuste do valor do metro quadrado da construção e do terreno, cujos valores estão fixos desde 2015. Espero assim estar colaborando com os contribuintes na recuperação de seus negócios e de seus empregos, envidando esforços para suprir a necessidade de recursos com o uso de instrumentos como os CEPACs e com parcerias com a iniciativa privada, como explicitado em vários pontos dessas minhas Diretrizes de governo;
8. Com a mesma intenção pretendo moderar a cobrança de multas e juros de mora, fixados hoje em patamares abusivos frente à inflação corrente e às baixas taxas de juros.

DIRETRIZ 12

ZELADORIA E MANUTENÇÃO: A VIDRAÇA QUEBRADA

Há tempos o então prefeito de Nova York, uma cidade na época devastada pela criminalidade, sujeira, péssima manutenção e corrupção, ficou famoso em todo o mundo ao conseguir recuperar e criar uma nova imagem que ficou sua marca registrada: uma maçã com a frase eu amo NY.

O grande instrumento usado pelo então prefeito novaiorquino, Rudolph Giuliani, para recuperar a cidade e sua reputação foi a aplicação do que ficou conhecida como a “teoria da vidraça quebrada”. Ela dizia simplesmente que qualquer vidraça quebrada em uma cidade era sinal de descaso, desleixo e desatenção com a sua zeladoria. O vidro quebrado era um sinal superficial, mas que mostrava grave falta de atenção e de capacidade de governar de um mandatário.

Este será o meu lema na administração da cidade de São Paulo. Nada é detalhe, tudo é importante, nada será negligenciado nem deixado para trás, e muito menos empurrado para a frente com a barriga. As soluções virão na exata medida do surgimento dos problemas, e simbolicamente, não haverá vidraças quebradas em nossa cidade indicando negligência em sua administração.

Infelizmente, São Paulo não vem sendo administrada com esse cuidado. Vejamos o orçamento da cidade, que não é executado conforme a autorização orçamentária aprovada pela Câmara dos Vereadores, principalmente nas trinta e duas subprefeituras, onde ocorrem a maior parte das atividades de zeladoria da cidade.

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 (até julho), certas despesas da Prefeitura ficaram aquém dos valores aprovados no orçamento, gerando um saldo de caixa equivalente a R\$ 1,88 bilhão, chamados de Recursos Livres, e um total de R\$ 7,35 bilhões - em dezembro de 2018, R\$ 4,35 bilhões, de Recursos Livres, e um total de

R\$ 12,45 bilhões - em dezembro de 2019 e R\$ 9,62 bilhões, de Recursos Livres, e um total de R\$18,59 bilhões - em julho de 2020.

Nota-se que especialmente as subprefeituras têm sofrido falta de recursos nas suas respectivas áreas para as atividades básicas de manutenção e zeladoria.

No ano de 2019, das trinta e duas subprefeituras, somente três - Sé, Vila Mariana e Ermelino Matarazzo - tiveram verbas utilizadas integralmente, enquanto que as outras vinte e nove tiveram valores empenhados inferiores aos liquidados em até 43,2%, como é o caso de Vila Prudente.

No exercício de 2020, embora o acréscimo médio nas verbas que lhe foram destinadas seja de 9,1% até o mês de julho, passados 7 meses, somente a Subprefeitura de Parelheiros (127,1%) e SÉ (51,4%) atingiram a 50,0% dos valores aprovados no orçamento de 2020, o que nos indica que dificilmente serão aplicados integralmente.

Vê-se assim, com clareza, que o atingimento de metas físicas e de execução orçamentária não tem sido prioridade nesta gestão, infelizmente, com prejuízo da qualidade de vida e da atratividade de São Paulo como polo turístico e de investimentos produtivos.

Cuidados com a Zeladoria de uma cidade como São Paulo é imprescindível, pois é este o seu cartão de visitas. A primeira impressão é a mais forte na percepção de uma pessoa, e São Paulo causa impressão sofrível para quem desembarca em nossa cidade. Obstruções de vias, buracos, sujeira, jardins malcuidados e mato nos parques e áreas de lazer, enfim uma impressão de cidade malcuidada e sem manutenção preventiva de próprios municipais e de infraestrutura como pontes e viadutos. Em alguns casos não se trata tão somente de aspecto de desleixo, mas tem implicações para a segurança dos munícipes como quando recentemente um viaduto com elevada taxa de uso foi interditado por estar correndo riscos de desabamento.

Importante frisar que muitas das atividades de zeladoria podem ser objeto de parcerias com a iniciativa privada, como manutenção de parques, jardins etc., contudo, a maior parte é composta de atividades típicas de governo como a garantia

de manutenção de obras públicas, limpeza de bueiros e construção e manutenção de obras contra enchentes e inundações, corte de grama e poda de árvores.

Enfim, São Paulo, principalmente sua periferia, tem o aspecto de uma cidade abandonada e sem gestão, e isto vai mudar em minha administração.

O engajamento da comunidade nas atividades de fiscalização e manutenção é fundamental para seu adequado funcionamento, assim como a descentralização da gestão. Importante que o cidadão se sinta partícipe da gestão de sua cidade, e criaremos sistemas de comunicação online para que o cidadão se comunique com os gestores públicos e faça suas reivindicações sem burocracia e com agilidade.

Criaremos o “ALÔ Sampa” para a ZELADORIA uma linha que atenderá 24 horas por dia com precisão e pontualidade. A teoria das vidraças quebradas será o meu mote. É nos detalhes que se percebe a dedicação de um gestor público e não deixarei uma única solicitação sem atendimento e explicações acerca das providências tomadas.

PLANO DE GOVERNO CIDADE DE SÃO PAULO - JOICE HASSELMANN PREFEITA 17

PREFEITURAS REGIONAIS		R\$ milhões							
CODIG	DESPESAS POR ORGÃO	2018	2019	2019	2019		2020	2020	2020
		SUBSTITUTIVO 2	APROVADO	EMPENHADO	EM PENHADO - APROVADO	% EMPENHADO/ APROVADO	APROVADO	LIQUIDADO ATÉ JULHO	% LIQUIDADO
41	PERUS	30,10	30,90	26,70	4,20	13,6	31,30	11,30	36,1
42	PIRITUBA/JARAGUA	41,90	41,10	38,60	2,50	6,1	48,60	17,90	36,8
43	FREGUESIA/BRASILANDIA	40,40	39,60	35,80	3,80	9,6	37,20	18,10	48,7
44	CASA VERDE/CACHOEIRINHA	28,20	27,00	24,10	2,90	10,7	29,30	10,10	34,5
45	SANTANA/TUCURUVI	34,60	36,90	33,10	3,80	10,3	43,80	19,00	43,4
46	JACANA/TREMEMBE	31,40	32,00	28,80	3,20	10,0	32,80	13,80	42,1
47	VILA MARIA/VILA GUILHERME	32,90	32,30	29,20	3,10	9,6	32,90	15,00	45,6
	SUB-TOTAL NORTE	239,50	239,80	216,30	- 23,50	- 9,8	255,90	105,20	41,1
48	LAPA	36,20	40,60	39,40	1,20	3,0	43,00	18,20	42,3
49	SÉ	70,90	67,70	99,70	32,00	47,3	101,20	52,00	51,4
50	BUTANTÁ	47,70	45,40	41,20	4,20	9,3	46,00	22,60	49,1
51	PINHEIROS	39,40	41,80	37,30	4,50	10,8	46,40	20,50	44,2
	SUB-TOTAL CENTRO-OESTE	194,20	195,50	217,60	22,10	11,3	236,60	113,30	47,9
52	VILA MARIANA	36,40	37,10	37,60	0,50	1,3	49,80	21,10	42,4
53	IPIRANGA	49,90	43,60	39,30	4,30	9,9	47,80	18,40	38,5
54	SANTO AMARO	39,40	42,90	40,10	2,80	6,5	49,00	20,40	41,6
55	JABAQUARA	32,90	33,10	31,70	1,40	4,2	42,90	16,30	38,0
56	CIDADE ADEMAR	43,50	48,10	36,40	11,70	24,3	50,00	20,60	41,2
57	CAMPO LIMPO	62,60	64,50	50,80	13,70	21,2	60,70	23,40	38,6
58	M'BOI MIRIM	63,50	72,90	45,40	27,50	37,7	57,40	16,40	28,6
59	CAPELA DO SOCORRO	56,70	51,60	40,90	10,70	20,7	56,20	19,60	34,9
60	PARELHEIROS	37,30	31,10	24,40	6,70	21,5	42,40	53,90	127,1
	SUB-TOTAL SUL	422,20	424,90	346,60	- 78,30	- 18,4	456,20	210,10	46,1
61	PENHA	48,50	48,60	43,70	4,90	10,1	46,80	22,00	47,0
62	ERMELINO MATARAZZO	29,50	28,30	28,80	0,50	1,8	31,70	14,70	46,4
63	SÃO MIGUEL	43,10	45,50	43,20	2,30	5,1	45,50	22,50	49,5
64	ITAIM PAULISTA	40,40	42,90	31,90	11,00	25,6	53,60	15,70	29,3
65	MOOCA	40,80	41,60	37,30	4,30	10,3	48,50	21,40	44,1
66	ARICANDUVA/FORMOSA/ALTO	38,40	38,80	32,70	6,10	15,7	41,50	19,90	48,0
67	ITAQUERA	47,40	48,70	30,20	18,50	38,0	47,90	21,20	44,3
68	GUAIANASES	40,80	38,50	29,20	9,30	24,2	43,40	21,20	48,8
69	VILA PRUDENTE	32,30	33,80	19,20	14,60	43,2	37,20	14,30	38,4
70	SÃO MATEUS	60,10	58,00	43,70	14,30	24,7	53,40	26,20	49,1
71	CIDADE TIRADENTES	29,60	28,60	21,40	7,20	25,2	37,90	14,50	38,3
72	SAPOEMBA	25,80	28,10	19,60	8,50	30,2	28,50	11,80	41,4
	SUB-TOTAL LESTE	476,70	481,40	380,90	- 100,50	- 20,9	515,90	225,40	43,7
	TOTAL	1.332,60	1.341,60	1.161,40	- 180,20	13,4	1.464,60	654,00	44,7

DIRETRIZ 13

SAÚDE: DIGITAL E CONECTADA

O ano de 2020 será sempre lembrado pelo resto dos tempos como o mais dramático dos últimos cem anos. A pandemia do coronavírus causou enorme impacto humanitário, econômico, social e psicológico na população brasileira.

É geral a sensação de falta de firmeza e de competência e de coordenação de nosso governo, em todos os níveis, na gestão desta grave crise sanitária. Ficou marcada na mente do cidadão brasileiro a sensação de que a gravidade da pandemia que colocou o mundo de joelhos não foi administrada com competências pelas autoridades governamentais brasileiras, passando à população um profundo sentimento de insegurança e incerteza, que apenas não foi pior e mais destrutivo graças à resiliência do sistema SUS, que respondeu como esperado no atendimento da população, ainda que com as carências e falta de qualidade que caracterizam o setor de saúde como um todo no Brasil.

Por esta razão, não há como imaginar uma gestão pública eficiente de uma megalópole como São Paulo se não houver uma clara percepção da urgente necessidade de organizar o setor de saúde não apenas como elemento essencial para a plena retomada da normalidade econômica do país, mas sobretudo para corrigir alguns desvios e anomalias na sociedade brasileira que vieram à tona durante o andamento da crise sanitária.

Não se trata de elencar indicações de ações pontuais como ampliação da rede de hospitais e de centros de atendimento médico em função da demanda da população. Não se trata de mais do mesmo, mas sim de construir algo novo e mais bem adaptado aos desafios que a nova situação nos apresenta.

A compreensão da importância estratégica da saúde e a necessidade de uma nova conceituação de atendimento para o bem-estar da população também não implica enumerar intenções de compra de equipamentos ou até mesmo de contratação de pessoal. Tais necessidades são dimensionadas rotineiramente pelos

órgãos de administração da saúde, e amplamente conhecidas em função de parâmetros objetivos de avaliação do setor frente à população a ser atendida, à localização de suas residências, ou às morbidades a serem atendidas. Estes dados objetivos estarão à disposição do novo prefeito no dia seguinte à sua eleição.

O que é essencial, no entanto, é que o eleito compreenda o papel central que o setor de saúde terá no mundo pós-pandemia, que dimensione o desafio, e que reformule a organização do setor para atender às expectativas da sociedade, profundamente abalada pelos traumas que passou durante o ano de 2020.

E nesta tarefa o elemento essencial na construção de um novo modelo de atendimento na área da saúde e que irei implantar em São Paulo está centrado na tecnologia digital.

A saúde em São Paulo absorve quase 18% do total de R\$70 bilhões do orçamento municipal. A estrutura física é gigantesca, com 464 UBS, 87 AMAs/UBS, 25 hospitais, 9 prontos socorros, 5 UPAs, 7 AMAs hospitalares, 1574 equipes de estratégia de saúde da família (ESF), 151 equipes de núcleos de apoio à saúde da família, e muito mais. Há equipes especializadas para atendimento das necessidades de saúde da população indígena, da comunidade LGBT, da população negra etc.

Contudo, a distribuição desses serviços é desigual nas várias áreas da cidade, e o atendimento ainda carece de qualidade e de boa acessibilidade.

Vejamos o exemplo do CORUJÃO DA SAÚDE. Promessa de campanha do ex-prefeito João Dória (PSDB), o programa visava diminuir o tempo de espera de seis exames (densitometria, ecocardiografia, mamografia, ressonância magnética, tomografia e ultrassonografia) de 99,9 dias (média em maio de 2017) para 30 dias; e 60 dias para os demais exames. Contudo, o TCM avalia que o tempo de espera hoje é de 99,7 dias. Trata-se de um claro exemplo de como há que se construir um novo modelo de atendimento, e de como pretendo sanar tais deficiências com o uso da tecnologia digital, organização racional e eficiência operacional.

A definição de “saúde” é dada pela OMS como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.” A integralidade da saúde, em sua própria definição, extrapola o corpo humano em si,

pois este se inter-relaciona com a sociedade e o ambiente que o cerca. Nesse caminho, os conceitos da saúde integrada se cruzam com a educação, moradia, trabalho e diversas outras áreas da vida. Não é mais possível separar o corpo humano das diversas esferas que interagem com ele. Não existirá evolução social sem a completa fusão das transversalidades convergentes ao centro único, que é o ser humano.

A sequência indicada de cuidados em saúde é:

1. manutenção do estado de completo bem-estar físico, mental e social;
2. prevenção de doenças físicas, mentais e disfunções sociais;
3. detecção precoce de quaisquer desvios e/ou alterações;
4. tratamento imediato, integrado nas diversas especialidades, continuado e interligado nas diversas unidades e entidades de atendimento de saúde;
5. reabilitação física, mental, social e funcional do indivíduo;
6. reintegração plena e com equidade.

A Atenção Primária à Saúde procura formas de detecção e resolução da massiva maioria dos problemas de saúde. Doenças agudas e crônicas de menor complexidade podem sofrer ações precoces, não só evitando a progressão, como aliviando a pessoa e aumentando sua produtividade social, além da enorme economia financeira aos cofres públicos.

A posição tradicionalmente passiva da pessoa em relação ao seu problema de saúde não pode mais permanecer rotina. Devemos conscientizar o cidadão para a importância da coparticipação em sua própria saúde e de seus familiares como uma bandeira do presente. Não se justifica a desinformação em uma sociedade atual tão conectada.

O auxílio do teleatendimento em Saúde, incluindo a tele orientação e tele consulta das diversas áreas, será realidade para todos cidadãos, incluindo a ação de médicos (clínicos gerais e especialistas), enfermeiros, farmacêuticos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais etc. A Cidade Digital será

a base de sustentação deste mecanismo eficiente de cuidado em saúde, com acesso direto e imediato, sem perdas de tempo, dinheiro, deslocamento, efeitos nocivos ao meio ambiente – por meio da poluição decorrente do transporte – e, principalmente, com a brevidade adequada a cada caso.

Políticas de capacitação de agentes de saúde nas associações de bairro, escolas, entidades públicas terão sua ação facilitada pelo acesso digital. Como resultado, tornará os indivíduos treinados em intermediários nas comunicações e ações determinadas por médicos clínicos gerais e especialistas, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais etc.

A tele orientação do pré-natal, das puérperas e dos cuidados com bebês diminui o risco de contágio de doenças nos atendimentos em ambientes hospitalares ou ambulatoriais; a puericultura será facilmente acompanhada pelos pediatras à distância, para cuidados de rotina no crescimento de uma criança; idosos podem receber orientações de cuidados de enfermagem, da mesma forma evitando deslocamentos e riscos.

A prescrição digital de medicamentos deve ser rotina nos serviços públicos, uma vez que a assinatura certificada tem mesmo valor do papel e carimbo do médico na receita. Celeridade no acesso ao medicamento produz efeito altamente positivo nos tratamentos. A integração da prescrição digital com a dispensação de medicamentos será uma via rápida aos tratamentos.

Agentes da vigilância sanitária podem fazer inspeções a distância, até com orientação de prevenção de doenças infectocontagiosas, sem precisar ir presencialmente aos locais, sem enfrentar as barreiras frequentemente encontradas. Diminui drasticamente os riscos ao cidadão e ao próprio servidor.

O teleatendimento como suporte de saúde aos servidores públicos municipais certamente irá desafogar filas de ambulatórios de rotinas; será facilitador aos cuidados com a voz de professores, inclusive com fonoaudiologia a distância; favorecerá, ainda, o acompanhamento de doenças crônicas e doenças de auto manejo nos cuidados.

O teleatendimento em saúde sustentado pela Cidade Digital irá melhorar a qualidade de vida do cidadão paulistano, além de diminuir significativamente os custos do Governo Municipal em todas áreas da saúde.

O impacto positivo desta nova visão do atendimento à saúde da população pode ser avaliado com algumas informações.

Impactos esperados:

- Reduzir a taxa de mortalidade infantil na cidade de 11 por mil nascidos; e sobretudo trazê-la para os patamares das regiões mais ricas da cidade onde atingem 5 por mil;
- Ampliar a cobertura das equipes de saúde da família dos atuais 40% da população atingida até os patamares de por exemplo Florianópolis chega a 90%;
- Ampliar e solucionar os problemas encontrados com as OS na gestão de unidades e equipamentos de saúde na cidade, alguns descontinuados em função de impedimentos legais encontrados;
- Aprofundar e ampliar convênios e parcerias com as entidades federais do SUS para aprimorar os serviços prestados à população;
- Valorizar a classe médica em todos os níveis levando em conta o valioso serviço prestado por ela durante a pandemia do Corona vírus;
- Fazer com que a expertise existente na cidade de São Paulo, um dos mais reconhecidos centros médicos do mundo, seja difundido e ajude a melhorar a qualidade e abrangência do atendimento médico municipal;
- Fazer do teleatendimento o mais poderoso instrumento de aperfeiçoamento da qualidade do atendimento médico municipal.

DIRETRIZ 14

SÃO PAULO: SONHAR COM O IMPOSSÍVEL É O PRIMEIRO PASSO PARA TORNÁ-LO POSSÍVEL (CONFÚCIO).

Cidades são complexos sistemas que conectam espaços, pessoas e setores de atividades urbanas. Mas também é o local onde as pessoas se encontram e interagem umas com as outras, e estabelecem padrões de comportamento que tornam o convívio social mais ou menos aprazível.

A cidade de nossos sonhos precisa reunir duas condições essenciais, e praticamente inexistentes hoje. São duas dimensões que reunidas são capazes de demonstrar o nível civilizatório de sua população: a organização físico-espacial da urbe, e o ambiente ético e moral que caracteriza o comportamento de seus habitantes.

Em primeiro lugar precisamos construir uma cidade organizada, amena e convidativa do ponto de vista urbanístico. No próximo ano, em 2021, está prevista a revisão do Plano Diretor Estratégico vigente na cidade de São Paulo (Lei 16.050/2014). E junto com ele, deverão ser revistas as leis de uso do solo e muitas outras para corrigir as distorções geradas por alguns dos regramentos do Plano Diretor.

Será, portanto, uma oportunidade para uma ampla e necessária rediscussão da cidade que desejamos construir. Se algo pode ser dito sobre as prioridades da atual gestão sobre a cidade e seu planejamento estratégico, cabe apontar alguns elementos essenciais na construção de São Paulo, como investimentos em habitação que tinham previsão orçamentária de parques R\$ 1,7 bilhão em 2019, e caíram para R\$ 730 milhões em 2020. Ou seja, não é prioridade.

O déficit habitacional, um dos mais importantes elementos de planejamento urbano é de mais de seis milhões de unidades no país, sendo o de São Paulo o maior de todas as cidades brasileiras, apesar de ser a mais rica. Há mais de 1.700

comunidades carentes, ou favelas, em nossa cidade, e a pandemia certamente aumentou a precarização habitacional existente. Não é esta a cidade que queremos construir.

Sabemos que, com certeza, não é simples alocar recursos que estão cada vez mais escassos. Contudo, há que haver uma visão da cidade que se deseja construir.

Os interesses são díspares pois São Paulo é uma cidade diversificada. “Diversidade social, econômica, cultural. Diversidade étnica e religiosa. Diversidade no habitar, na geração de renda, na forma de se locomover, no acesso à educação, à saúde, aos serviços, ao lazer e às infraestruturas básicas. Diversidade de gênero. A cidade precisa ser inclusiva, estruturadora de uma visão de cidade que permita abranger a grande diversidade de demandas da sociedade de forma sinérgica e holística visando a oferecer condições de vida mais qualificadas à toda população.” (Secovi)

Um dos mais angustiantes problemas de São Paulo que nenhum dos prefeitos até agora conseguiu encaminhar soluções minimamente eficientes é a degradação do centro e de algumas áreas abandonadas pelo governo e pela população.

Vale aqui lembrar as recomendações do SECOVI, que afirma “Imóveis desocupados, invadidos e subutilizados desperdiçam a infraestrutura urbana, geram riscos, pressionam a expansão territorial da cidade desnecessariamente e aceleram o processo de degradação. A requalificação de imóveis deve ser apresentada como uma das políticas principais de reabilitação do centro e redução do déficit habitacional e de demanda por transporte público, recuperação de áreas públicas e infraestrutura - um ciclo virtuoso para usuários, administração pública e iniciativa privada e exemplo de inclusão por meio do incentivo à habitação de interesse social, permitindo às populações de baixa renda acesso à moradia em áreas estruturadas e próximas a ofertas de serviços e empregos.”

Por outro lado, para um observador atento fica claro que a cidade de São Paulo carece de uma estrutura minimamente organizada.

A distribuição de zonas de uso é uma colcha de retalhos sem qualquer lógica perceptível. Nestas condições, fica difícil qualquer alteração de zoneamento que racionalize as áreas consolidadas, sendo provável que a melhor solução seria a transformação delas em zonas de uso misto, como aliás acontece na maior parte das cidades no mundo desenvolvido.

A cidade não conseguiu adequar sua legislação com a realidade. Existe uma cidade legal e outra cidade real, bem diferentes.

Terrenos nas áreas centrais são escassos, e, portanto, caros, e os poucos incentivos existentes são insuficientes para estimular investimentos privados na região, contribuindo para o abandono da região.

Essa escassez de solo força a expansão da fronteira habitacional para periferia da periferia, cada vez para mais distante do centro, exigindo pesados investimentos em infraestrutura em áreas com baixa densidade populacional.

O setor privado, detentor de capitais necessários para novos investimentos na cidade precisa ser ouvido com atenção, como fiz ao elaborar essas Diretrizes, da mesma forma que cabe ao setor público proteger os interesses das camadas mais carentes da população. Não obstante, há como compatibilizar interesses aparentemente conflitantes encontrando soluções conciliatórias e que atendam aos anseios comuns.

Por ocasião das discussões acerca da revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo várias linhas de novas propostas serão debatidas em profundidade, algumas das quais elenco aqui:

- Criar programa municipal de incentivo para produção pelo privado de habitação social para locação;
- Prever o incremento de potencial construtivo para empreendimentos sociais abarcando locação habitacional de mercado e social;
- Admitir a possibilidade de aplicação do instrumento de transferência de potencial construtivo;
- Estímulo ao Uso Misto; avaliar extensão das regiões com possibilidade de instalação de usos mistos na cidade, e criar políticas mais efetivas de

instalação de usos mistos (atividades diversas e segmentos de renda diversos);

- Estimular o conceito da Cidade Compacta;
- Estruturar a cidade em polos de economia criativa temáticos;
- Criar incentivos fiscais para atividades que estejam adequadas com a tipologia estabelecida para a zona específica daquele polo;
- Requalificação urbana de áreas e de imóveis com a institucionalização de um conjunto de medidas que garantam segurança técnica e jurídica aos projetos com licenciamento ágil e desburocratizado;
- Alterar o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, para incentivar a verticalização e o adensamento do centro expandido, estratégicos para o desenvolvimento sustentável da cidade de São Paulo;
- Estimular a locação social, a urbanização de favelas e as melhorias dos cortiços mediante o uso de CEPACs, vouchers habitacionais e incentivos para locação em edifícios privados desocupados.

E como segunda condição para nossa cidade se transformar naquela onde sonhamos habitar, há que se aspirar um espaço comportamental íntegro e moralmente defensável. Desejamos uma cidade ética e transparente, honesta e sem corrupção, qualidades raras em nossa administração pública.

Uma cidade de vanguarda zela pela integridade e eficiência, não tendo trégua no combate à corrupção, mazela que subtrai recursos escassos de políticas públicas tão necessárias à população.

São Paulo já foi (mal) administrada por aqueles que, tempos depois, foram condenados pelo Mensalão e pela Lava Jato. Nossa Cidade teve escândalos em desvios de verbas milionárias do Teatro Municipal, máfia de fiscais extorquindo empresários e reduzindo a arrecadação devida ao erário, anulação de contrato bilionário viciado na iluminação pública e suspeitas nos contratos de lixo e ônibus.

O Governo da maior metrópole brasileira precisa dar exemplo, não figurar nas páginas policiais dos principais jornais do país. Firmeza no enfrentamento de irregularidades e tolerância zero com corruptos.

A gestão municipal tem que ser totalmente transparente, prestar contas em tempo real ao cidadão e mostrar como está sendo utilizado o dinheiro dos impostos pagos por todos. Deve combater todo ato de corrupção, desde a menor propina num guichê burocrático até o maior conchavo em uma megalicitação.

Os órgãos de controle precisam ser ouvidos e respeitados, tanto aqueles internos da Prefeitura, na Controladoria Geral do Município, como os externos: Tribunal de Contas do Município, Ministério Público, Polícias.

Além de reprimir e punir, também é fundamental prevenir, com inteligência, tecnologia e participação social.

Somente assim o cidadão paulistano poderá ter sempre orgulho da sua Cidade ética, transparente e eficiente.

Impactos esperados

- Aumentar a transparência dos gastos públicos, para que todos possam saber como é usado o orçamento municipal;
- Escolher profissionais com reputação e competência, não nomeando nenhum ficha suja para cargo de direção ou assessoria;
- Acabar com loteamento partidário de Secretarias, Subprefeituras, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas municipais;
- Punir administrativamente qualquer um que seja responsável por ato de corrupção;
- Garantir a aplicação da Lei de Acesso à Informação e da Lei Anticorrupção;
- Melhorar a legislação municipal, para fortalecer a Controladoria Geral do Município e permitir que essa unidade especializada não somente apure mas também possa aplicar as sanções disciplinares, como já ocorre na CGU;
- Escolher para chefiar a Controladoria Geral do Município profissional com perfil técnico comprometido com o combate à corrupção;
- Promover forças-tarefa e colaborar sempre com o Ministério Público, o Tribunal de Contas, as Polícias, cumprindo e fazendo cumprir as decisões da Justiça;

- Realizar auditoria nos contratos que mais consomem o dinheiro do contribuinte: ônibus, lixo, iluminação;
- Fiscalizar com rigor o uso de recursos públicos por entidades parceiras da Prefeitura na saúde, educação, cultura, esportes e eventos;
- Instalar um conselho municipal de transparência, para que o cidadão participe da fiscalização do dinheiro público;
- Criar um comitê de ética pública e um código de ética da alta administração municipal;
- Difundir o compliance, assim como fazem as grandes empresas, com metas de desempenho e indicadores de integridade.

Enfim, o desafio está posto, e cabe a nós, governo e população, desenharmos e darmos os primeiros passos para construirmos a cidade de nossos sonhos.

DIRETRIZ 15

MOBILIDADE: PARA SÃO PAULO ANDAR DE NOVO

Os congestionamentos na cidade de São Paulo estão cada vez maiores, tanto em extensão quanto em duração. Não há mais dia ou hora de rush. Ou inversamente, todo dia e toda hora é hora de rush.

No sentido econômico mais direto, a dificuldade de circulação reduz a velocidade média dos deslocamentos de pessoas e cargas, implicando em aumento de custos e de consumo de combustíveis, além de aumento da poluição e de doenças respiratórias, principalmente em idosos e crianças.

No sentido ambiental, o congestionamento aumenta as emissões veiculares, com graves implicações para a saúde pública. No sentido social, a piora no trânsito causa transtornos e desconforto à maioria das pessoas, implicando em adaptações forçadas de deslocamentos e até inviabilização de atividades.

Estimativas recentes apontam para um custo direto anual de congestionamento da ordem de 2% de seu PIB, ou cerca de R\$ 15 bilhões. Se for adicionado o custo de oportunidade do tempo gasto pelas pessoas durante o seu transporte ao trabalho e volta para casa, estima-se que o custo econômico dos congestionamentos atinja a alarmante proporção de 10% do PIB municipal, ou cerca de R\$70 bilhões anuais. Em outras palavras, uma parte significativa do chamado “custo Brasil” se deve ao alto custo de funcionamento da cidade.

Esta DIRETRIZ para a área de trânsito e mobilidade tem como objetivo oferecer transporte coletivo de boa qualidade, capaz de reduzir o tempo atualmente gasto nos deslocamentos dos paulistanos.

Em busca do solo barato nas áreas mais distantes do centro expandido, a cidade se espalha para as periferias, quando, por consequência incorre-se em elevados custos necessários para dotá-las de infraestrutura urbana, inclusive de transporte público. Nesse sentido, uma primeira orientação estratégica seria o

planejamento para atingir o ideal da “cidade de quinze minutos”, cuja principal política está centrada em aproximar a habitação e o local de trabalho da população. Uma segunda linha de ação implica fazer investimentos na melhoria das calçadas, e na locomoção de pedestres e/ou de transporte não motorizado.

Infelizmente, apenas em fevereiro de 2020 a Prefeitura voltou a ampliar a malha cicloviária da cidade depois de três anos sem novas estruturas. A última ampliação foi em 2016. A administração atual estabeleceu como meta requalificar 200 mil m² de calçadas através de mutirões. Foram requalificadas apenas 9.496m².

Providências nesta direção contribuirão significativamente para reduzir o subsídio ao transporte coletivo dado às operadoras de ônibus, que deve chegar em 2020 a mais de R\$ 3 bilhões, superando a previsão orçamentária de R\$ 2,25 bilhões. Simultaneamente será possível reduzir a gigantes frota de 14. 000 ônibus operando 1.300 rotas com 17 mil quilômetros de extensão, transportando cerca de 8 milhões de pessoas e custando, globalmente, mais de R\$ 8 bilhões aos cofres municipais.

Mais preocupante ainda é a ineficácia dos planos municipais para melhorar o transporte. No início de sua gestão como prefeito, João Doria prometeu 72 km de corredores exclusivos de ônibus. Bruno Covas reviu a meta para 9,4 km novos e 43,4 km de reformas em faixas e corredores já existentes. Reclamações sobre frequência dos ônibus e pontualidade cresceram de 2018 para 2019 na gestão Bruno Covas. No quesito frequência as reclamações subiram de de 10% para 16%, e em pontualidade de 7% para 11%.

Sem políticas de redução de custos e contenção tarifária, sete em cada dez paulistanos deixam de fazer, sempre ou às vezes, alguma atividade (visitar parentes ou amigos; ir a exames ou consultas médicas/ lazer/ procurar emprego) por causa da tarifa do transporte.

Em São Paulo a falta de transporte público de boa qualidade, com modicidade tarifária e alta acessibilidade é um dos mais severos limitadores da competitividade econômica e da qualidade de vida de seus cidadãos.

As principais Diretrizes para este setor serão rapidamente implementadas considerando a gravidade do problema e a morosidade das administrações anteriores em enfrentar o problema que tanto angústia os paulistanos.

Entre outras, destaco as que seguem:

- Conceituar, definir e implementar um projeto e novo modelo de concessão de ônibus que romperá com o oligopólio de empresas de ônibus, restaurando a saudável competição entre empresas e aliviando os cofres públicos de ônus excessivos para a Gestão Pública Municipal, sem negligenciar a oferta de boa qualidade final para o cidadão;
- Integrar permanentemente a rede de transporte municipal com a rede metropolitana (inclusive as geridas pelo Estado) e oferecer valor e cidadania para os cidadãos usuários entre municípios;
- Desenvolver alternativas para um programa ousado de descarbonização e redução de combustível fóssil, obtendo-se assim a eliminação de gases ambientais, disponibilizando ar limpo e protegendo a vida na cidade;
- Expandir o sistema de uso de empréstimo de bicicletas e melhorar qualitativamente uma eficaz rede cicloviária que deixe de ser apenas uma opção de lazer em fins de semana e passe a ser um método de deslocamento de massa;
- Examinar as calçadas e formas de acesso a pedestres em toda malha de Hospitais, CAPS, AMAS, UBS, etc;
- Examinar terminais próximos de hospitais e instituir o serviço de empréstimo de cadeiras de rodas;
- Educação de trânsito e pedestres. Uma nova relação civilizada em SP. Redução de acidentes e atropelamentos;
- Otimizar permanentemente as vias marginais, assegurando velocidades científicas que determinem a eficácia da via e segurança do Cidadão;
- Integrar sistemas de semáforos e radares ao Projeto de Cidade Digital, ao Sistema de Segurança e ao sistema de Defesa Civil;

- Criar um eficaz módulo de Inteligência de Transportes (Trânsito e Mobilidade) dentro da Cidade Digital priorizando os veículos de rápida assistência de Saúde, Bombeiros, Segurança, Defesa Civil e para soluções de defesa viárias de situações de grave relevância para a Cidade, como enchentes, emergências e acidentes com viadutos e pontes etc;
- Construir pontes e viadutos sobre os rios Tietê e Pinheiros ao longo das marginais para melhorar a acessibilidade e desafogar esses importantes nódulos de grandes congestionamentos que são as atuais transposições nas vias marginais, e que se espriam pelo tecido viário circunvizinho;
- Analisar a viabilidade de novos padrões de sistemas viários, desafogando o atual modelo arterial e implantando modelos reticulares onde for possível, com obras e desapropriações de menor monta.

DIRETRIZ 16

TERRA: NOSSO PEQUENO MUNDO

Vivemos no município, nas cidades, e elas formam o ambiente natural dentro do qual vivemos. O acelerado progresso ocorrido ao longo dos últimos dois séculos explorou, até o limite do tolerável, os recursos naturais existentes, degradando-os e comprometendo seriamente a qualidade de vida das pessoas.

Portanto, mais do que qualquer outro nível administrativo do setor público, compete ao município e aos prefeitos a definição de políticas ambientais capazes de garantir a sustentabilidade do ambiente em que vivemos, e conseqüentemente a qualidade de vida, a saúde e até mesmo a sobrevivência de seus habitantes.

Uma política ambiental responsável implica a compreensão de que meio ambiente e desenvolvimento são faces da mesma moeda. Partindo deste princípio, dois pontos devem ser considerados na elaboração de uma proposta política para a gestão ambiental: o primeiro reconhece que o mundo contemporâneo caminha no sentido da exaustão dos recursos disponíveis; o segundo constata que o ecossistema é regido por leis naturais imutáveis que impõem limites à ação humana.

A questão ambiental, portanto, aponta para o equívoco da noção de que o progresso material ocorra a partir da infinitude dos recursos naturais e que o crescimento econômico é sempre um bem, independentemente dos danos que possa causar no nosso patrimônio natural.

Uma gestão responsável da cidade implica, portanto, estimular a consciência individual e coletiva em relação ao direito de o cidadão desfrutar um ambiente natural saudável e produtivo.

Como norma prioritária de política ambiental, há necessidade, também, de fomentar a coordenação entre os objetivos das empresas e do setor produtivo com a regulamentação que garanta a sustentabilidade da cidade, aparando os excessos de ambos os lados em suas ações e reivindicações.

Ações de proteção ao meio ambiente incluem regulamentar e fomentar ações saudáveis e sustentáveis em vários campos de atuação do setor público, tais como poluição física e sonora, proteção da flora e fauna, gestão da água, obras de infraestrutura e seus impactos ambientais, coleta e disposição de resíduos, limpeza e drenagem urbana e saneamento. Tais ações visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

O saneamento em São Paulo é uma das principais questões a serem abordadas em minha administração. O sistema de abastecimento de água existente é pouco interligado. Hoje, só 25% da região metropolitana podem receber água de mais de uma bacia hidrográfica. Três das quatro estações de tratamento de esgoto estão próximas da saturação. Segundo a Sabesp, a ETE Parque Novo Mundo já teve sua capacidade nominal superada pela vazão afluyente média anual.

A poluição difusa no solo que é levada pelas chuvas aos rios e córregos é um dos principais problemas de drenagem. Até hoje não há nenhum avanço significativo neste sentido, nem em nível de discussão, entre as partes responsáveis pela drenagem urbana ou esgotamento sanitário. Atualmente, a Sabesp coleta 81% e trata 75% dos esgotos coletados no Município de São Paulo, ou seja, são tratados apenas cerca de 60% dos esgotos coletado.

O abastecimento de água não chega à totalidade dos domicílios com graves implicações para a saúde pública. São Paulo fica em cotas elevadas da bacia hidrográfica do Alto Tietê, e a demanda do Município equivale ao dobro da capacidade da bacia. Busca-se água em bacias cada vez mais distantes que compõem o Sistema Integrado de Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Outro problema relevante é a fragmentação de competências entre as várias secretarias municipais no tocante ao tema. A atuação da Prefeitura Municipal no saneamento se dá por meio de várias secretarias que dividem entre si as atividades de projetos e obras incluindo sistemas viários e de drenagem urbana, urbanização de fundos de vale e contenção das margens de córregos, construção de elementos

de contenção e transporte de águas pluviais, execução da política municipal de habitação social em regularização fundiária e urbanística de assentamentos precários, loteamentos e parcelamentos irregulares, planejamento urbano no Município quanto ao uso e ocupação do solo, limpeza urbana, manutenção de canais, galerias e reservatórios de contenção, limpeza de córregos, zeladoria dos fundos de vale e muitas outras atividades..

Igualmente preocupante e perturbador na cidade de São Paulo é a poluição difusa e sistemas de tratamento.

Uma das principais questões relacionadas à drenagem urbana no Município é a degradação de corpos hídricos pela poluição difusa. Durante os eventos de chuva, os poluentes acumulados nas superfícies são carregados pelo sistema de drenagem urbana até os córregos e rios.

As principais fontes de poluição difusa são a utilização das vias pelos veículos, ocasionando a abrasão e o desgaste do pavimento, resíduos de combustível, óleos e graxas, lixo nas vias públicas, obras e construções e poluição atmosférica que se deposita no solo ou que é transportada pela chuva durante a precipitação, entre outras. Apesar da complexidade do problema, o controle sobre esta forma de poluição é bastante limitado.

Medidas podem ser tomadas para tratamento da água pluvial poluída antes que chegue aos corpos hídricos naturais, mas até o momento não há nenhum avanço significativo neste sentido, nem em nível de discussão, entre as partes responsáveis.

Os problemas de sustentabilidade ficam ainda mais graves em toda a periferia da cidade, sendo nas Áreas de Proteção aos Mananciais das Represas Billings e Guarapiranga os locais onde a degradação do meio ambiente mais se acentua.

A falta de programas abrangentes de habitação para as faixas de baixa renda da população resulta em assentamentos precários edificados a partir de autoconstrução e que ocupam áreas desmatadas, sem rede de esgoto, abastecimento de água e drenagem. O resultado tem sido catastrófico a partir do

tratamento político dado ao tema pelos administradores da cidade e o conseqüente descaso com que este grave problema é abordado pelas autoridades.

A qualidade ambiental não é um atributo isolado, que possa ser alcançado de um momento para o outro. Trata-se do resultado do processo de construção e utilização da cidade, que envolve a transformação contínua de um conjunto de condições naturais de espaço físico, distribuição da população e todas as suas atividades neste espaço.

A herança de tantos equívocos são dezenas de bilhões de reais necessários para realizar de saneamento, drenagem e recuperação de condições de “habitabilidade” de grande parte dos bairros de São Paulo.

Pelo visto, a questão é estrutural e vai exigir esforços descomunais na busca de soluções. A gravidade do problema indica que a busca de soluções deve ser envolver tanto governo como a iniciativa privada.

Vários desses pesados investimentos apresentam viabilidade econômica se desenvolvidos em parcerias com a iniciativa privada, nacionais ou estrangeiras, seja através de PPI, PPPs, concessões etc. Trata-se de diretriz estratégica sem a qual a cidade continuará a acumular graves problemas de sustentabilidade. E para tanto, há que haver um esforço inicial do Prefeito e da Câmara Municipal no sentido de flexibilizar, desburocratizar e agilizar os marcos institucionais que propiciarão que estas parcerias sejam rapidamente implementadas.

Afora o seu financiamento, quais os instrumentos de que dispomos para interferir e intervir no processo de degradação ambiental, para garantir um presente e futuro melhores para os habitantes desta cidade? Um dos instrumentos é o Plano Diretor, que tem o poder de orientar a lógica do processo de desenvolvimento urbano, pela regulamentação de uso do solo.

O Plano Diretor Estratégico será objeto de revisão a partir do ano de 2021, e isto configura uma janela de oportunidade para modernizar e iniciar um círculo virtuoso na gestão da cidade.

Uma providência inicial será a constituição de uma entidade executiva para controle, coordenação e articulação de todas as áreas de ação na questão

ambiental, hoje executadas descoordenadamente por outros organismos da administração municipal e estadual.

Impactos esperados:

- Recuperação de parques e áreas verdes da cidade com parcerias com o Conselho da Melhor Idade e com moradores e empresas da redondeza;
- Revisar o Plano Diretor estabelecendo objetivos capazes de recuperar as regiões de mananciais e APE;
- Estabelecer uma política viável de ocupação das regiões de mananciais impedindo que se alastrem, porém, facilitando as ações de recuperação ambiental;
- Investir diretamente e estimular investimentos privados em saneamento em entendimentos com a SABESP;
- Retomar plantio e tratamento adequado de árvores na cidade, particularmente em regiões com baixos índices de áreas verdes;
- Controlar a poluição veicular, inclusive ônibus e motocicletas, e estimular o uso de transporte sem combustão;
- Seguir e respeitar os acordos antipoluição e de preservação do meio ambiente dos quais o município seja signatário;
- Estimular atividades de reciclagem, coleta seletiva, e educação ambiental nas escolas;
- Implantar política efetiva de combate à poluição sonora, de forma a preservar a qualidade de vida da população residente.

DIRETRIZ 17

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES: APLAINANDO O TERRENO

O moderno liberalismo coloca em posição de destaque o dogma da igualdade de oportunidades. Até os limites impostos pelas obrigações morais de qualquer sociedade, há que se respeitar as diferenças individuais e premiar o esforço pessoal dos membros de uma comunidade. O liberal social acredita que o esforço individual deve ser estimulado, pois em busca de satisfazer seus anseios individuais as pessoas fomentam concomitantemente benefícios sociais que são compartilhados com toda a sociedade.

Por outro lado, o liberal racional, o liberal de raiz não desiste de dar a todos, independentemente de qualquer critério discriminatório como classe social ou poder econômico, a igualdade de oportunidades na corrida da vida. Todos devem iniciar exatamente na mesma régua de largada, a partir de onde os melhores e mais esforçados poderão colher, em seu próprio benefício e em benefícios estendidos a toda a comunidade os frutos de seu esforço e de sua competência.

Nestas condições torna-se imperativo reduzir as desigualdades que comprometem a capacidade dos indivíduos situados nos escalões inferiores da pirâmide econômica, social e cultural, aplainando os gradientes de desigualdade, aparelhando a todos com a maior equidade possível a atingir seus objetivos de vida.

No plano municipal torna-se imperativo, portanto, combater a miséria, a ignorância, as doenças e reduzir as desigualdades regionais que tanto marcam a vida da população da cidade de São Paulo.

Sabemos que o perfil da distribuição de renda em nosso país é o resultado de um processo histórico, cujos antecedentes se situam na formação da própria nação brasileira. A herança dos sucessivos modelos de desenvolvimento foi configurando uma estrutura econômica e social geradora de um perfil distributivo que reproduz uma enorme desigualdade de oportunidades.

Atingir patamares de bem-estar mínimos para todos e caminhar no sentido de uma distribuição de renda menos desigual requer um conjunto de ações que implicam desde políticas macroeconômicas adequadas, passando pelo mercado de trabalho e pela educação até as políticas específicas da área social.

Tal necessidade torna-se ainda mais aguda no período pós-pandemia, pois a tragédia do Covid 19 desnudou enormes disparidades de oportunidades entre os brasileiros.

As diretrizes básicas de minha administração levarão em conta essa triste realidade e terá como um de seus eixos fundamentais ampliar e aperfeiçoar os programas diretos e principalmente os indiretos, comumente negligenciados, como educação, saúde, emprego de qualidade, saneamento, moradia, capacitação profissional, alfabetização, e apoio financeiro.

Neste rol de prioridades ocupa lugar de destaque o apoio, fomento e estímulo a micro, pequena e média empresas, sendo elas o grande portal de ascensão econômica e social em nosso país.

Para tal há que se buscar parcerias com a iniciativa privada para garantir a formação de jovens que ainda não entraram no mercado de trabalho, preparando-os para o primeiro emprego. Incentivar a formação de agentes comunitários nos moldes dos agentes de saúde para estimular o empreendedorismo e oferecer-lhe orientação na busca de microfinanciamentos e na execução de seus projetos empresariais. Garantir estágios profissionalizantes desde o ensino médio, por meio de parcerias com empresas públicas e privadas.

Ao mesmo tempo, conduzir ações para reduzir o déficit habitacional fortemente concentrado em famílias com renda de até 3 salários mínimos, e melhorar e expandir o acesso da população pobre ao saneamento básico (água, esgoto, coleta de lixo) e ao bom atendimento para a saúde. Sem isso os principais bolsões de pobreza não encontrarão ambiente que lhes proporcione as condições de competitividade frente aos indivíduos mais abastados da sociedade.

O município de São Paulo precisa ser parceiro, e não empecilho para o pequeno empreendedor. Dentro desta prioridade compete à Prefeitura conduzir reformas desburocratizantes e promover uma grande simplificação tributária para

facilitar a abertura de novas empresas e o acesso a crédito e microcrédito. Cabe ainda desenvolver Arranjos Produtivos Locais, com ações de capacitação gerencial, desenvolvimento tecnológico, crédito e infraestrutura nas várias regiões da cidade.

Finalmente, existe um elo fundamental na corrente da prosperidade no mundo moderno: ciência, tecnologia e inovação.

Cabe à administração pública fomentar o desenvolvimento de ambiente favorável para o desenvolvimento da inovação tecnológica, e democratizar o acesso a este ambiente a todos os cidadãos. O talento floresce em todos os tipos de habitat humano, e cabe ao gestor público encontrá-lo e orientá-lo no sentido de seu pleno desenvolvimento, onde quer que ele se encontre, na região abastada ou nas infectas favelas de nossa cidade.

São diretrizes como estas que criarão igualdade de oportunidades. A inteligência, a capacidade empresarial e a disposição de superar os obstáculos da vida são qualidades natas e acham-se distribuídas igualmente em todas as camadas da sociedade. Compete à boa administração não desperdiçar recursos tão valiosos como esses, deixando-os perderem-se em ambiente de pobreza e carências educacionais variadas.